



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTÓRIA CÓ

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU NA AREA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

VICTÓRIA CÓ

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU NA AREA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do Curso Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Magno Klein Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

C58c

Có, Victória.

Cooperação Sul-Sul : cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área Educação Superior / Victória Có. - 2023.

63 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Magno Klein Silva.

1. Brasil - Relações econômicas exteriores. 2. Cooperação sul-sul. 3. Educação - Cooperação internacional. 4. Guiné-Bissau - Relações econômicas exteriores. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.966

VICTÓRIA CÓ

**COOPERAÇÃO SUL-SUL: COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU NA ÁREA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do Curso Bacharelado em Relações Internacionais.

Aprovado em: 31/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Magno Silva Klein (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Joice Amâncio de Aquino Alves

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

M.e Deuinalom Fernando Cambanco

Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho à mulher que eu mais amo e admiro na vida, minha mãe N'djuda Cá, que sempre foi minha base motivadora neste processo e minha tia Milo Cá a primeira pessoa que me colocou numa escola.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me ajudado até aqui, iluminando meu caminho com sua luz e protegendo meus passos a cada momento, agradeço minha querida e admirável mãe, N'djuda Cá, pelo apoio e incentivo que sempre me deu, lembro sempre que fui aprovada de uma classe para outra ela me dizia se Deus quiser você vai ser “branco” como seu pai dizia. Para ela ser branco é uma pessoa que estudou e que vive na capital. Também lembro das vezes que tinha que ir ajudar ela nos trabalhos de campo e ela me dizia vai para escola já está na hora mesmo sabendo que vai ficar trabalhando sozinha e com muitas dificuldades, esta senhora me dizia assim; vai já eu estou burra, mas não vou deixar meu filho ficar sem ir para escola, mesmo ela não tendo condição financeira para apoiar-me nos meus estudos a alegria e vontade que transbordava no seu rosto quando dizia estas palavras para mim, servia-me de força e esperança para seguir em frente.

São tantos obstáculos superados até aqui, obstáculos estes que não conseguiria superar sem ajuda dos meus queridos/as irmãos e irmãs, amigos e colegas que sempre me incentivaram neste processo, meus agradecimentos ao meu padrinho Albate Nhombe por tudo que fez por mim, sempre que eu precisava estava ali para me ajudar. Agradeço à minha tia Milo Cá por lembrar de me matricular numa escola, se não fosse ela não estaria no ensino superior hoje.

Agradeço meus familiares que estão sempre presentes comigo nesta empreitada, meu muito obrigado a ti meu irmão Zeca Martis Có, meus primos Malam Cá e Bibanin, meu irmão João Gomes (Iago) e Paulo Có, que serviu de apoiou quando cheguei no Brasil.

Agradeço de fundo de coração querida irmã Zinha Nanque (Aité) que foi uma inspiração para mim, esteve comigo desde início até fim nos momentos ruins e bons, quando conseguimos a vaga para Unilab até quando chorávamos por não ter dinheiro de passagem, ela serviu de alicerce para me apoiar dar força e esperança para continuar nesta luta por existir e por fazer parte da minha história.

Meus sinceros agradecimentos a vocês que sempre estiveram comigo, dando suporte e energia positiva, podem não perceber, mas são muito importantes para mim durante meus estudos meu obrigada a vocês irmãs da escola para vida Aniusia Nima N'ghabo, Aua Silá, Lauce João Correia, Emília Mendes, Piquinina Oliveira entre outros. Agradeço Irvan Augusto Có, meu namorado que foi um parceiro, amigo nesta caminhada.

Meus mais que sinceros e profundos agradecimentos ao meu orientador, o professor Dr. Magno Silva Klein pela paciência, experiências e aprendizados adquiridos nesse processo. Registro o meu profundo carinho por você. Foste um profissional incrível, que sempre

respondeu minhas dúvidas na hora, me lembra das coisas que tenho que fazer e quando não falas comigo por muito tempo manda mensagem para saber como estou e como está indo o trabalho, muito obrigado. Sabemos como a pandemia de Covid-19 mexeu com nosso psicológico, mas meu professor foi paciente comigo e me deu mais força.

E por fim agradeço a todos os meus colegas e professores e toda família unilabiana, que me acompanharam neste processo e em especial aqueles que apoiaram diretamente ou indiretamente meus sinceros obrigado.

NDJILINDARANDÉ UTCHUD!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, analisar as relações de cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área da educação superior, mostrando como a diplomacia educacional vem sendo utilizada como política externa brasileira nos últimos tempos. E ainda apresentar a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação superior como ferramenta para estabelecer desenvolvimento política, econômica e cultural, verificando acordos de cooperação educacional firmadas entre o Brasil e Guiné-Bissau no âmbito da Cooperação Sul-Sul, nomeadamente o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC G), Programa de Estudantes Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) e sobretudo a UNILAB. Acrescenta-se que a Cooperação Sul-Sul realizada pelo Brasil baseia-se na modalidade técnica, que diz respeito à transferência de conhecimentos e técnicas, em caráter não comercial nos temas com quais o Brasil já tinha êxito e que deseja partilhá-la com países em desenvolvimento em especial os da América Latina e africanos (PALOPs) na qual Guiné-Bissau faz parte, estes projetos são de suma importância para sociedade guineense pois está servindo como meio de acesso ao ensino superior para os estudantes guineenses especialmente a Unilab.

Palavras-chave: Brasil - relações econômicas exteriores; cooperação sul-sul; Guiné-Bissau - relações econômicas exteriores; educação - cooperação internacional.

ABSTRACT

This work aims to analyze the technical cooperation relations between Brazil and Guinea-Bissau in the area of higher education, showing how educational diplomacy has been used as Brazilian foreign policy in recent times. And also present cooperation between Brazil and Guinea-Bissau in the area of higher education as a tool to establish political, economic and cultural development, verifying educational cooperation agreements signed between Brazil and Guinea-Bissau within the scope of South-South Cooperation, namely the Undergraduate Agreement Student Program (PEC G), Postgraduate Agreement Student Program (PEC-PG) and above all UNILAB. It should be added that the South-South Cooperation carried out by Brazil is based on the technical modality, which concerns the transfer of knowledge and techniques, on a non-commercial basis in themes with which Brazil was already successful and which it wishes to share with countries in development, especially those in Latin America and Africa (PALOPs) of which Guinea-Bissau is part, these projects are of utmost importance for Guinean society as they are serving as a means of access to higher education for Guinean students, especially Unilab.

Keywords: Brazil - foreign economic relations; education - international cooperation; Guinea-Bissau - foreign economic relations; south-south cooperation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC Agência Brasileira de Cooperação
AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AVR Antirretrovirais
BCEAO Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM Banco Mundial
BRICS Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
CICT Computação, tecnologias da informação e comunicações
CID Cooperação Internacional para Desenvolvimento
CNS Cooperação Norte-Sul
COBRADI Cooperação Brasileira para Desenvolvimento Internacional
CPLP Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CSS Cooperação Sul-Sul
CTPD Cooperação Técnica Para Desenvolvimento
EAGB Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
ENA Escola Nacional de Administração
ENEFD Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EUA Estados Unidos de América
FDB Faculdade de Direito de Bissau
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOCAC Fórum de Cooperação China África
G-77 Grupo dos 77
GN Guarda Nacional
HIV vírus da imunodeficiência humana
IBAS Índia, Brasil e África do Sul
IES Instituições de Ensino Superior
INASA Instituto Nacional de Saúde da Guiné-Bissau
IRBR Instituto Rio Branco
MEC Ministério de Educação
MERCOSUL Mercado Comum de Sul
MNA Movimento dos Não-Alinhados
MRE Ministério de Relações Exterior

OCDE Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento

OIT Organização Internacional de Trabalho

ONU Organizações das Nações Unidas

ONUDI Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC-G Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

PJ Polícia Judiciária

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP Polícia de Ordem Pública

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFPA Fundo de População das Nações Unidas

UNAIDS Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e AIDS

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para Infância

UNILA Universidade da Integração Latino-Americana

UNILAB Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZOPACAS Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAPITULO 1 - COOPERAÇÃO SUL-SUL	17
2.1	O QUE É A COOPERAÇÃO SUL-SUL	17
2.2	A HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)	18
2.3	A COOPERAÇÃO NORTE-SUL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS	19
2.4	POR QUE OS PAÍSES OFERECEM COOPERAÇÃO?	22
2.5	COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CONTEXTO AFRICANO	23
2.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	25
3	CAPITULO 2 - HISTÓRIA E PERFIL DA RELAÇÃO BRASIL-GUINÉ-BISSAU	27
3.1	HISTÓRIA DA RELAÇÃO BRASIL-GUINÉ-BISSAU	28
3.2	COOPERAÇÃO BRASIL-GUINÉ-BISSAU	29
3.3	PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BRASIL PARA GUINÉ-BISSAU	31
3.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	35
4	CAPITULO 3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA EM ENSINO SUPERIOR DO BRASIL PARA GUINÉ-BISSAU	37
4.1	O BRASIL NA COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO	39
4.2	RELAÇÃO BRASIL E GUINÉ BISSAU NA COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO	42
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	45
5	CAPITULO 4 - ESTUDO DE CASO: UNILAB	46
5.1	HISTÓRIA DA UNILAB	46
5.2	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A UNILAB	49
5.3	ANALISE DE DADOS E OS RESULTADOS	51
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por vários conflitos (as duas guerras mundiais e guerra fria) e, dado estes acontecimentos, as entidades estatais desenvolveram alguns mecanismos para enfrentar e superar os episódios destes eventos. Uma das estratégias criadas foi Cooperação Internacional para Desenvolvimento (CID), que surgiu como forma de orientar as ações internacionais que têm como objetivo auxiliar os países nos seus esforços de desenvolvimento social e econômico. No campo da CID atuam diversos atores como Estados, indivíduos, sociedade civil, ONGs, organizações multilaterais e empresas. Após a Segunda Guerra, a institucionalização da CID foi marcada com a criação das Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) em 1944 (PESSINA e SANTOS, 2022).

Levando em consideração os objetivos da CID, o Brasil se viu na necessidade de ajudar no progresso dos países em desenvolvimento, em particular os da África. O país tem um longo histórico de cooperação com os países africanos desde suas independências nos anos 70. As primeiras iniciativas brasileiras junto às nações africanas foram tomadas em 1961 com a criação da “Divisão África” no Ministério das Relações Exteriores, encarregada de tratar dos assuntos com o continente africano, com envio das representações de diplomatas brasileiros para alguns países independentes. Ainda no mesmo ano foram abertas as embaixadas brasileiras em cinco países da África, que mencionaremos a diante, e também foi dos primeiros países a reconhecer as independências de alguns países africanos, inclusive da Guiné-Bissau (LEITE, 2011).

Apesar dessa relação não ser muito forte, o Brasil continua a cooperar com o continente africano em diversas áreas, em particular junto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), que engloba a Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tendo agricultura, saúde e educação como umas das principais áreas. Estes países são prioridades da cooperação brasileira para África. Além desses países, o Brasil mantém relações com outras regiões, com ênfase no Sul global, promovendo cooperação para desenvolvimento em várias áreas, transferindo conhecimentos científicos e tecnológicos. Para a Agencia Brasileira de Cooperação (ABC), a transferência de experiências e de conhecimentos mostra o sentimento de solidariedade entre os povos e beneficia todas as partes envolvidas.

No que diz respeito à cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau, Mbunde (2025) afirma que teve início depois que o Brasil reconheceu a soberania do Estado guineense em 1974. No ano seguinte, Brasília recebeu a primeira visita da cúpula de Ministério de Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau. A relação se firmou e, em 1976 foi assinado o primeiro ato internacional de parceria entre Brasil e Guiné-Bissau. Dois anos depois foi subscrito o Acordo

Básico de Cooperação Técnica e Científica que iria servir como ferramenta para dirigir todos os acordos de cooperação técnica internacional entre os dois Estados. Apesar disso, a relação entre Brasil e Guiné-Bissau foi muito tímida até 1998, quando se deu o conflito militar conhecido como 07 de junho, na qual o Brasil atuou como mediador no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e mais tarde conduziu as atividades da “Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz” em uma missão da ONU que ajudou a conter futuras crises institucionais do país (FERREIRA DOS SANTOS, 2017, p.211-212). Desde então, os dois países têm cooperado de forma bilateral e multilateral no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS).

Esta cooperação foi pensada para que os países em desenvolvimento possam fortalecer as relações políticas, econômicas e comerciais e manter suas soberanias perante um contexto no qual o mundo estava dividido em dois blocos (EUA e URSS). E para não se envolverem neste conflito ideológico, buscaram mecanismos para fortalecer suas instituições e manter unidas para defender seus interesses no sistema internacional. E esta ideia foi proposta na Conferência afro-asiática de Bandung na Indonésia em 1955.

Nesta conferência foram pensados os princípios que iriam orientar estas nações e que adiante originou o Movimento dos Não-Alinhados que sustentou esta ideia dos países do Sul, em particular de Ásia e África ficarem longe desta disputa, e adiante surgiu G-77, um grupo que visa promover os interesses econômicos dos países em desenvolvimento.

E este sentimento ainda vigora no contexto atual, os países se cooperam para defender os interesses comuns e promover o desenvolvimento um do outro. Nesta senda, o Brasil tem investido muito na CSS para contribuir com o desenvolvimento social e econômico dos seus parceiros, e isso intensificou mais nos governos de Presidente Lula.

O governo Lula conduziu sua política externa voltada ao Sul global, especificamente para América Latina e África, centrando-se na área da educação superior, criando assim duas universidades federais, notadamente a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ambas serviram de estratégia para desenvolver uma cultura de afetividade com os seus parceiros regionais.

A diplomacia educacional que o Brasil vem desenvolvendo serve como forma de manter uma relação amigável com os seus parceiros, assim como firmar sua inserção no sistema internacional. Ela também pode ser vista como forma de disseminar a língua portuguesa e a cultura brasileira usando a cultura de *soft power* para convencer outras nações a fazer o que o Brasil quer sem precisar usar força ou ameaças para isso (MILANI, et.al. 2014). E para isso a

cooperação técnica na área de educação é o caminho mais viável para chegar a esse objetivo e ganhar mais visibilidade no cenário internacional.

Além da criação de universidades, o Brasil já contava com outros programas na área de educação superior, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Excetuando a cooperação em educação superior, vale enfatizar outras modalidades ainda na área de educação que o país também oferece e que merecem ser destacados, são os casos da educação à distância, ensino profissional, formação e capacitação dos profissionais e alfabetização de jovens e adultos.

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações de cooperação técnica entre Brasil e Guiné-Bissau na área da educação superior. Por se tratar de um país que carece das instituições do ensino superior, a pergunta desta pesquisa é: qual a contribuição da política de cooperação técnica brasileira em educação para o progresso da Guiné-Bissau. Este estudo está dividido em seis (06) capítulos. Contando com esta introdução e a conclusão.

No primeiro capítulo, contextualizamos do ponto de vista histórica a Cooperação Sul-Sul e quais são os seus propósitos. Aproveitamos também para mostrar diferenças e semelhanças com Cooperação Norte-Sul e sua relação no contexto africano. No segundo capítulo, relatamos a história e o perfil das relações entre Brasil e Guiné-Bissau. Como se deu e em que período ficou mais forte, quais são os projetos da cooperação brasileira desenvolvida na Guiné-Bissau. Mostramos que foram desenvolvidos vários projetos no âmbito da Cooperação Sul-Sul em diversas áreas como saúde, agricultura, educação superior e profissional, formação dos profissionais de área de segurança.

No terceiro capítulo trazemos a discussão sobre a cooperação técnica em ensino superior entre os dois países, mostra também os programas de cooperação em educação desenvolvida pelo Brasil, dentre eles, os mais destacados são PEC-G, PEC-PG e UNILAB, e ainda mostra a característica do ensino na Guiné-Bissau, em especial o ensino superior, e um perfil das instituições de ensino superior que existem no país. No quarto capítulo analisamos um estudo de caso da UNILAB, no qual abordamos os processos históricos que motivaram a criação da universidade e como esta instituição está ligada à política externa brasileira. Por fim, analisamos como a UNILAB está ajudando os jovens guineenses a realizarem seus sonhos de conquistar um diploma do ensino superior.

A escolha desse tema deve-se ao meu contato com as literaturas sobre a cooperação brasileira com os países em via de desenvolvimento, principalmente os PALOPs. Esses países são privilegiados na cooperação internacional brasileira, o que suscitou em mim o interesse de

conhecer essa política de cooperação brasileira com estes países e em particular com a Guiné-Bissau na área da educação superior.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa foi conduzida por meio de método qualitativo, tendo procedimento bibliografia e pesquisa de opinião como ferramentas para obter dados. Para Anselm Strauss e Juliet Corbin (2008), a pesquisa qualitativa é aquela em que o pesquisador produz resultados além daqueles alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Enquanto isso, Amado L. Cervo et al (2007) mostram que a pesquisa bibliográfica permite a explicação do assunto de pesquisa através dos arquivos já publicados, em artigos, dissertações, livros e teses.

Ainda sobre a metodologia, fizemos também a pesquisa de opinião que, segundo Guimarães (2018), ela é uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica de dados com intuito de identificar os fatos e verificar a existência de relações presumidas entre fatos ou variáveis. Pesquisamos alguns sites do governo brasileiro para obter mais informações. A escolha desses métodos nos permitiu fazer uma análise mais pormenorizada da cooperação na área de educação superior entre os dois países. Por isso, além dos materiais publicados e sites que utilizamos, também coletamos opiniões dos estudantes guineenses na UNILAB para compreender melhor a situação.

2 CAPITULO 1 - COOPERAÇÃO SUL-SUL

Para o desenvolvimento deste capítulo pretendemos debruçar brevemente sobre o que é a cooperação internacional para o desenvolvimento, como ela surgiu e como contribuiu para a interação dos atores no sistema internacional. Em especial os atores que idealizaram a Cooperação Sul-Sul (CSS) como uma ferramenta de pensar o Sul nas relações internacionais. Para isso, mostraremos como a CSS permite a interação de duas ou mais entidades para trabalharem na conquista de um objetivo comum, desenhando programas e mecanismos para atingir esse objetivo.

2.1 O QUE É A COOPERAÇÃO SUL-SUL

Para Iara Costa Leite (2013), a Cooperação Sul-Sul está sendo utilizado pelos governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil como forma de explicar as relações dos países em desenvolvimento em várias matérias, tais como formação de coalizões em diversos espaços, arranjos de integração regional, barganha coletiva de negociações multilaterais, cooperação para desenvolvimento, cooperação na área de ciência e tecnologia, comércio, entre outros. Com isso a autora mostra que a CSS serviu para fortalecer o poder de negociação dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais e também a defender os seus interesses perante os mesmos.

Ainda nessa mesma senda, Julinho Braz da Silva afirma que:

Conceitualmente a CSS representa um conjunto de atividades de intercâmbio realizadas no âmbito técnico, político e econômico entre os países em desenvolvimento que vem se consolidando há várias décadas em complemento ao modelo tradicional, Norte-Sul de cooperação internacional. Desta forma, pode-se entender também que se trata de um processo de interação econômica, comercial social ou da outra natureza que se estabelece com vantagens mútuas entre países localizados no hemisfério sul (SILVA, 2011, p.52).

Na visão desse autor, a CSS é uma modalidade de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento regida na base da coletividade dos países em desenvolvimento a fim de reforçar laços e trocas em várias esferas que lhes orientam nas formulações das suas políticas nos organismos internacionais, através de coalizões pensadas entre eles para alcançar um objetivo comum.

No pensamento da Enara Muñoz (2016), a CSS é uma forma de países em via de desenvolvimento promoverem o desenvolvimento criando fortes laços políticos, econômicos e

culturais para negociações e fortalecimento dos seus protagonismos dentro de sistema internacional, e, ainda, mantendo *soft power* como uma das ferramentas para ganhar credibilidade no cenário global. Com dimensões variadas, a CSS pode se dar de forma bilateral, multilateral e trilateral - nesta última, os países do Sul fazem parceria com países do Norte por via de uma organização internacional.

Nota-se que nas visões dos autores a cooperação Sul-Sul (CSS) é um tipo de cooperação internacional para o desenvolvimento que agrupa países do hemisfério Sul com trajetórias comuns e que buscam por meio de ações coletivas debater e transformar as situações políticas e econômicas presentes nos seus territórios.

2.2 A HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)

De acordo com Milani (2012), a CSS precisa ser refletida à luz da herança histórica do ativismo multilateral dos países em desenvolvimento. Pois, através da luta conjunta envolvendo os países do Sul, em especial os da Ásia e da África, que deu origem à conhecida Cooperação Sul-Sul, e o seu início pode ser apontado no Bandung, durante a reunião que ficou conhecida como Conferência de Bandung em 1955, que reuniu os líderes de países asiáticos e africanos para pensar sobre o futuro das suas nações num contexto pós-colonial (CANBANCO, 2019). Entende-se que essa foi uma das primeiras conferências internacionais presidida somente pelos países Afro-asiáticos sem participação das grandes potências da época (EUA e URSS). Neste encontro, os países presentes discutiram sobre como criar resistência para lutar contra a opressão colonial e defender suas soberanias. Por essa razão, fundaram o Movimento dos Países Não alinhados no ano de 1961, decidindo se afastar do conflito ideológico entre as duas superpotências da época (AYLLON, 2014).

Embora a maioria dos países da África não fossem independentes naquele período, os movimentos nacionalistas do continente fizeram parte no evento. Na reunião, formularam a ideia de criar novas estratégias que lhes permitissem se inserir na sociedade internacional, ação que levou alguns pesquisadores a considerarem este evento como um dos primeiros passos da cooperação política entre os países em vias de desenvolvimento. Além dos eventos acima citados também ocorreram outros acontecimentos que marcaram a influência política dos países em desenvolvimento para afirmar suas soberanias no cenário internacional. Alguns destas organizações e grupos surgiram em um período de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos (bloco capitalista) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (bloco socialista), centradas na demonstração do poder e disseminação das suas ideologias. O cenário da Guerra Fria

despertou um espírito mais solidário entre os países do Sul global, que passaram a se ver com certa especificidade que lhes obrigava a pensar na proteção das suas soberanias e na promoção do seu desenvolvimento de maneira autônoma (LEITE, 2012, p. 13).

Por isso, as iniciativas mencionadas anteriormente serviram de base para distanciar os países em desenvolvimento das disputas ideológicas existentes na época, procurando fortalecer mais os laços de cooperação um com outro no sentido de “garantir a reforma nas instituições financeiras e governança global do sistema, a fim de poder cuidar dos seus problemas econômicos e sociais buscando um reconhecimento do mundo que não seja exclusivamente a expressão das prioridades do ocidente” (MILANI e CARVALHO, P.15, 2013). Pois quando eram colônias, não faziam parte do sistema internacional porque não eram Estados soberanos, portanto se sentiam excluídos, principalmente com a criação das instituições financeiras de Bretton Woods.

Nesse sentido, criaram o G-77, no qual compartilham o mesmo passado e buscam pensar numa nova ordem econômica mundial mais justa. E por terem maioria nas votações e discussões da Assembleia Geral da ONU, conseguiram inserir o tema de desenvolvimento na agenda internacional (AYLLON, 2014).

2.3 A COOPERAÇÃO NORTE-SUL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

A cooperação Norte-Sul, segundo Cabanco (2019), é uma modalidade vertical promovida por Estados desenvolvidos com a intenção de promover a cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países. Para garantir as interações dos Estados através da cooperação internacional, os EUA como o principal ator desta ideia trabalharam bastante para institucionalizá-la. Milani (2014) afirma que antes de 1945 já existiam ações políticas que orientavam as ações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), através dos programas de ajuda humanitária do governo norte-americano, os projetos de assistência técnica e o apoio ao desenvolvimento prestados pelas metrópoles às colônias. No entanto, a sua institucionalização se deu no final da Segunda Guerra mundial, inicialmente com o objetivo de reconstruir os países da Europa devastado pela guerra. Os Estados Unidos, através do plano Marshall, financiou o projeto de reconstrução.

Este projeto ditou as primeiras iniciativas da cooperação internacional que, por sua vez, deu origem a Cooperação Técnica Internacional. De acordo com Agencia Brasileira de Cooperação (ABC), a Cooperação Técnica Internacional é entendida como ação de caráter não

comercial, que permite a transferência de experiências e conhecimento de sucesso de um país para outro, ajudando na superação das dificuldades e garantir o desenvolvimento social e econômico. As organizações internacionais também se engajaram na cooperação técnica para promover o desenvolvimento. Alguns dessas organizações com destaque no processo são: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Estas organizações viabilizaram a capacitação dos países em desenvolvimento nos setores estratégicos e formando especialistas. E mais tarde foi desenvolvido o conceito Cooperação Técnica Para Desenvolvimento (CTPD) pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que permite os países em desenvolvimento partilharem as experiências e conhecimentos com outros que possuem os desafios semelhantes. E, conforme Leite (2013, p. 40), a CTPD é uma das modalidades do CSS.

A Cooperação Sul-Sul foi desenhada como uma alternativa à Cooperação Norte-Sul e não como forma de substituí-la. Foi arquitetada pelos países em desenvolvimento porque perceberam que precisavam de uma modalidade que correspondesse às suas realidades e que fosse menos assimétrica. Por isso, propuseram um modelo mais horizontal que permitiria desenvolvimento de todos. De acordo com Milani e Carvalho (2013, p. 11):

No campo do desenvolvimento internacional, a Cooperação Sul-Sul (CSS) tem sido apresentada como uma alternativa, não uma estratégia de substituição, à Cooperação Norte-Sul, graças à concepção e implementação de políticas defendidas como sendo mais horizontais, menos assimétricas e fundadas na solidariedade entre países em desenvolvimento.

A nova alternativa abriu novos horizontes no que concerne à cooperação internacional, permitindo que os países, principalmente os do Sul, tenham poder de escolher um modelo diferente do tradicional. Mas lembrando que todos os países envolvidos tanto na Cooperação Norte-Sul, assim como os de Sul-Sul, têm seus interesses. O plano Marshall, arquitetado pelos EUA, foi o evento inicial da Cooperação Internacional para Desenvolvimento. Sua ideia principal, conforme já anunciado, era apoiar a restauração dos países europeus mais afetados pela Segunda Guerra mundial e acelerar o desenvolvimento dos países pouco industrializados. Por outro lado, a CSS nasceu com o intuito de inibir a exploração dos países desenvolvidos sobre os não desenvolvidos e lutar contra o imperialismo, fomentando o discurso de que este é o modelo mais adequado para promover o desenvolvimento do Sul, uma vez que os países que compõem este grupo partilham um passado comum, e que eles podem ajudar uns aos outros para superar esta situação.

Porém, percebe-se que também há o interesse das potências emergentes do Sul em expandir seus mercados, buscar reconhecimento e conquistar mais espaços nas organizações regionais e internacionais.

Como identificamos os pontos em comuns nos dois modelos da CID, também existem alguns pontos que lhes distinguem. Enquanto a CNS é mais hierárquica e assimétrica, a CSS se propõe mais solidária e igualitária. Estas características da cooperação Sul-Sul vêm sendo questionadas hoje por alguns acadêmicos. Alguns entendem que a forma como ela está sendo realizada não difere muito da maneira tradicional criticada pelas potências emergentes do Sul Global (ver MILANI, 2012)

Para Canbanco (2019), a solidariedade e igualdade propagada na CSS fizeram com que as críticas sobre tal modalidade ficassem invisível. Dito em outras palavras, os discursos de solidariedade presente na CSS fazem com que as críticas sobre este modelo quase não apareçam, porém ela não é totalmente “desinteressada e solidária”. A CSS, assim como a CNS, não está isenta de assimetrias, ainda que sejam em menor grau, mas existe de algum modo a desigualdade entre o prestador e receptor da cooperação, existem países que ganham mais que os outros.

Portanto, na visão deste autor, este modelo de cooperação “não é alternativo, mas sim uma complementaridade da modalidade tradicional” que esconde seu verdadeiro interesse atrás de um discurso de solidariedade e igualdade, pois numa cooperação há sempre falta de igualdade, podendo ocorrer em algum momento a verticalidade entre os atores inclusive quando se trata dos atores estatais. Ainda na mesma linha de pensamento, Leite (2012, P.23-24) afirma que:

[...] os próprios governos dos países do Sul, embora incorporassem em seus discursos no passado e hoje, o suposto caráter diferencial da CSS, baseado nos princípios da horizontalidade e da não-ingerência (expresso na suposta inexistência de condicionalidades) relutavam em priorizar a CSS em detrimento da CNS. De fato, todos os comunicados resultantes de suas reuniões apontavam o caráter complementar e não substitutivo da CSS em relação à CNS. Nos dias atuais, essa visão da complementaridade é forçada com os chamados doadores tradicionais incorporando a CSS em suas próprias agendas.

Os atores da cooperação Sul-Sul, desde o princípio, enalteceram a ideia de priorizar a cooperação entre nações sulistas na tentativa de conseguir mais espaços nos organismos internacionais. E esta evolução dos países do Sul no sistema está gerando uma rivalidade entre novas e tradicionais potências, principalmente nas zonas onde já foram metrópoles, pois estão perdendo influência para novos emergentes nas questões que dizem respeito à cooperação e

procura de recursos naturais, especialmente no continente africano. Na atualidade está mais frequente se deparar com projetos de cooperação de potências emergentes, como China, Índia e Brasil nos países africanos. Vale lembrar que cada país oferece uma cooperação com características diferentes. Como afirmam Wapmuk e Akinkworu (2017, pag. 22), a CSS prestada por China e Índia está ligada às relações comerciais e de investimento. Ao passo que aquela prestada pelo Brasil é a cooperação técnica que consiste na troca de recursos técnicos. O crescimento de alguns países do Sul tornou esta disputa ainda mais tensa, pois os países que eram beneficiários da CID passaram também a debater e a decidir suas agendas como países doadores (MILANI, 2012).

2.4 POR QUE OS PAÍSES OFERECEM COOPERAÇÃO?

Para entendermos o sentido da palavra “cooperar”, procuramos trazer o significado etimológico dessa palavra que nos explica que cooperar é trabalhar em conjunto com os outros para atingir uma finalidade (MACIEL, 2009). Ainda na mesma linha de raciocínio, o autor afirma que ao cooperar estaríamos a propor soluções para alguns problemas comuns que sozinhos não conseguiríamos solucionar.

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional foi ficando cada vez mais globalizado, a interdependência entre Estados cada vez mais nítida, e com isso a cooperação internacional tornou-se numa ferramenta fundamental para os Estados (SATO, 2010). A cooperação para todos ficou ainda mais essencial para manter a paz global e para criar regras comuns de convivência supranacional. Frisa-se que antes da Segunda Guerra os liberais já haviam defendido a ideia de criar paz mundial e mostravam que a cooperação é benéfica neste sentido. Foi desse modo que surgiu a ideia de criação da primeira organização mundial conhecida como Liga das Nações, que almejava a união dos Estados para evitar futuros conflitos, mas fracassou e não conseguiu atingir seu objetivo de garantir a paz mundial, e, mais tarde, viríamos a ter a segunda Guerra Mundial. Depois da Segunda Guerra Mundial, os defensores da cooperação como ferramenta da paz na sociedade internacional voltaram a ganhar força e deu origem a outra organização internacional, a Organização das Nações Unidas (MACIEL, 2009, p. 217-218). Com a criação da ONU, o mundo tem ficado muito tempo sem vivenciar guerras de escala global. Entretanto, ainda existem conflitos nas diferentes regiões do mundo que a ONU tenta solucionar através das suas missões de paz.

Para isso que os países cooperam, para solucionar os problemas que sozinhos não conseguiriam resolver, mas também cooperam para manter seus interesses e suas alianças mais

fortes. É isto que é princípio da cooperação, assim como afirma Eiiti Sato (2010, p. 46), a cooperação internacional não somente é uma ajuda constante entre os governos ou instituições dos diferentes países, mas ela significa trabalhar juntos. Ainda o mesmo o autor sustenta que a “cooperação internacional deve ser oposto de unilateralismo”, argumentando que através da cooperação os atores dialogam entre si sobre suas decisões, evitando, assim, as tomadas de decisões ou ações individuais ou isoladas. Portanto, analisando os pensamentos desse e de outros autores citados, conclui-se que os países se oferecem para cooperar a partir do momento que eles percebem que fazem parte de um ambiente interdependente, no qual precisam colaborar para reverter uma situação adversa ao desenvolvimento e ao progresso, ou para manter a segurança e a defesa da integridade do seu espaço territorial. Em outras palavras, cooperam para manter seus interesses comuns.

2.5 COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CONTEXTO AFRICANO

A África é o continente com muitas riquezas, tais como petróleo, gás e minerais como cobalto, ouro e diamante, e também contém produtos agrícolas como café, óleo de palma, cacau, chá, assim como possui também matérias-primas necessárias para produções industriais (FRANCISCO et al. 2023, p.43) Isso atrai atenção de outros países, seja do Norte assim como do Sul Global, devido às grandes concentrações das riquezas presentes no continente. Outros países estão se aproximando na busca destes recursos. Há escrituras que mostram que esta busca pelas riquezas no continente africano não é recente, já havia trocas comerciais com os povos árabes e depois com os europeus, quando estes decidiram lançar sua experiência de navegar pelo mundo em busca das riquezas, notadamente de especiarias, ouro, couro, algodão etc., e nessa busca, em 1415, desembarcaram no litoral africano (RODNEY 1975).

Há mais de três (03) séculos o povo africano foi saqueado e escravizado, mas depois houve substituições das antigas lideranças para uma nova elite intelectual africana que estudou dentro do sistema colonial e posteriormente se revoltaram contra o mesmo. Depois de estudarem no exterior, principalmente na Europa e nos EUA, a partir daí tiveram contato com o movimento pan-africanista que lutava contra a exploração do povo negro e abraçaram o movimento de modo que levaram estes pensamentos para dentro do continente (KODJO, CHANAIWA, 2010). Através destas experiências vividas fora, foi despertada a atenção destes africanos, que quando voltaram aos países de origem fundaram movimentos nacionalistas e começaram a traçar caminhos para repudiar o colonialismo.

Após uma dura reivindicação dos líderes dos movimentos independentistas, finalmente, no final da década 50 e início da década 60, a maioria dos países africanos conseguiu sua independência. Embora não tenha ocorrido sob um contexto pacífico, pois o mundo se encontrava sob divisões ideológicas, e África com alguns dos seus países recém-independentes e os que não tinham tomado suas independências se associou com outras nações que partilham mesmo passado (jugo da colonização), e juntos fundaram movimentos internacionais que lhes permitissem reunir forças. Tendo o Movimento dos Não Alinhados (MNA) como uma dessas iniciativas.

Com a África independente, o cenário internacional ganhou novos membros, e isso impactaria nas tomadas de decisões nas grandes organizações multilaterais, porque os países africanos, junto com outras nações do Sul, somariam um número grande de votos, o que implicaria na mudança de qualquer pauta dentro duma organização (AYLLON, 2014). Estes grupos poderiam se reunir antecipadamente sobre um determinado assunto em debate e de antemão combinar sobre quais posições lhes favorecem, isso mostra um avanço nas relações internacionais.

No que se refere a Cooperação Sul-Sul na África, as potências emergentes do Sul também têm conquistado um espaço importante no continente, incentivando a horizontalidade da cooperação Sul-Sul para garantir o desenvolvimento. Dentre os principais países empenhados em cooperar com a África está a China, Índia e Brasil, e o Brasil tem priorizado o continente africano na sua agenda da política externa, cooperando de forma bilateral, multilateral e trilateral (BARCELOS, 2020, p. 20). Estes países, Além do Brasil, estão criando fóruns e organizações com países africanos e construindo assim um autêntico instrumento de *soft power* e ganhando espaço no cenário internacional (MENDES, 2010). Exemplos disso são o fórum de Brasil, Rússia, Índia, China e África de SUL (BRICS), Índia, Brasil. África de Sul (IBAS), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), Fórum de Macau, entre outras organizações.

Nota-se que todos estes países participantes destes fóruns têm um papel importante na sua região. E são considerados potências, pois desempenham uma influência muito forte nas suas regiões, com isso podem ser considerados “potências regionais”. Por exemplo, o Brasil é uma potência na América de Sul, Índia e China também exercem papel de potências na Ásia enquanto África de Sul é uma potência na região austral da África (BESHARATI e ESTEVES, 2015).

Importante lembrar que o grupo BRICS no início não tinha África de Sul como integrante, o que nos levaria a perguntar por qual motivos integraram o país africano? De acordo

com Besharati e Esteves (2015) a resposta é simples, pois a África do Sul está longe de ser comparada aos demais dos BRICS no que tange à economia e população, no entanto, a sua localização é estratégica geopoliticamente, favorecendo a entrada dos outros no continente. Considerado um continente com riquezas em abundância, é plausível ter um parceiro no interior e que possui grande influência que auxiliaria nas futuras negociações destas potências com países africanos. E África do Sul é uma escolha importante para compor este grupo e sua posição no continente colaborou para tal.

A CSS na África está ficando cada vez mais forte, a presença dos países emergentes, em especial da China e do Brasil, está causando desconfiança nos membros da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), que tradicionalmente lideram a cooperação internacional para desenvolvimento, e que sentiu seu poder sendo balanceado e descentralizado com a evolução dos novos atores ocupando o espaço na matéria da CID e promovendo nova modalidade de cooperação internacional (Cooperação Sul-Sul) (BESHARATI e ESTEVES, 2015).

A China vem sendo principal parceiro da África no que tange à CSS, cooperando em vários setores, como infraestrutura, agricultura, saúde e educação (MILANI, CARVALHO, 2013). A CSS realizada no continente africano é diferente de país para país, a cooperação brasileira difere da cooperação chinesa, enquanto o Brasil concentra mais na cooperação técnica a China está mais focada na cooperação financeira porque cada país desenha sua forma de cooperar, entretanto nenhum dos mecanismos de CSS adotado por cada país está dissociadas das decisões tocante à inserção internacional desses Estados (projeção de poder político) e à internacionalização de seus respectivos capitalismos no cenário geopolítico e econômico (projeção de poder econômico regional e global) (MILANI, CARVALHO, 2013).

2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Cooperação Sul-Sul vem sendo uma ferramenta utilizada por vários atores do sistema internacional, para explicar a relação dos países em desenvolvimento em diferentes aspectos que lhes orientam as negociações multilaterais e arranjos de integração regional. A CSS é uma modalidade de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento regida na base da coletividade dos países em desenvolvimento a fim de reforçar laços e trocas em várias esferas que lhes orientam nas formulações das suas políticas nos organismos internacionais, através de coalizões pensadas entre eles para alcançar um objetivo comum.

Ela surgiu numa conferência na cidade de Bandung em 1955 na qual reuniu os Estados da África e Ásia para debater sobre situações política econômica e social dos seus países que acabaram de conquistar suas independências e outros que estavam ainda a busca-la. E nesta reunião criaram estratégia para se protegerem dos conflitos da época e uniram para defender seus interesses e apresentar suas agendas nas organizações internacionais. Isso explica o porquê de os países cooperarem, pois proporciona-lhes um ambiente amigável na qual se auxiliam para solucionar problemas, defender seus interesses, fortalecer suas alianças e manter suas soberanias.

No entanto, cada país tem suas maneiras de cooperar, e muitas das vezes seus interesses não convergem, a CCS é uma das modalidades do CID mais horizontal, porém não são desassociadas as decisões tocantes à inserção internacional desses Estados.

3 CAPITULO 2 - HISTÓRIA E PERFIL DA RELAÇÃO BRASIL-GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo abordaremos a história da relação entre Brasil e Guiné-Bissau, desde os primeiros contatos entre dois países no século XX até à atualidade. Como apontamos no capítulo anterior, os países do Sul montaram algumas estratégias para as suas inserções no sistema internacional, criando os princípios que servirão como ferramentas para lhes inserir dentro deste sistema e garantir a cooperação entre eles.

A ligação da Guiné-Bissau com Brasil se deu com o processo de escravidão que aconteceu na África e no Brasil. Como Melo e Braga (2010, pag. 64) nos mostram, este processo iniciou com a chegada dos primeiros africanos no solo brasileiro em condições de escravizados em 1549 com destino ao Nordeste brasileiro para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Podemos dizer que este acontecimento ligou o país da América Latina com o continente africano e mais adiante esta relação tornou-se sólida quando os países africanos tornaram independentes, como é o caso da Guiné-Bissau.

Acredita-se que por ser um país que sofreu do mesmo processo de colonização como os outros países do Sul e também por ter recebido grande número dos africanos no passado, o Brasil se identificou com o continente africano, e procurou manter os laços que fortificariam esta relação. De acordo com Patrícia Soares Leite (2011), o Brasil devia se unir aos novos Estados africanos devido a sua matriz cultural a fim de formar uma força dos países periféricos para conquistarem o desenvolvimento. Ainda nos dizeres da autora, a proximidade com o continente africano também pode ser considerada como uma proposta dos “nacionais desenvolvimentistas”, grupo de intelectuais que defendia a independência econômica do Brasil e o seu posicionamento no cenário internacional. E a melhor forma para atingir esse propósito era criar laços harmônicos com os Estados recém-emancipados da África assim como os da Ásia, para permitir a ampliação do mercado brasileiro e uma projeção maior na política internacional.

De acordo com a mesma autora, as primeiras iniciativas brasileiras com as nações africanas foram tomadas em 1961 com a criação da “Divisão África” no Ministério das Relações Exteriores encarregada de tratar somente dos assuntos com o continente africano, com envio das representações de diplomatas brasileiros para alguns países independentes. Ainda no mesmo ano foram abertas as embaixadas brasileiras em cinco países da África, nomeadamente Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia e Gana. Além de consulados em Angola, Moçambique, Quênia, Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e Congo. Essas iniciativas levaram Gana e Senegal a instalarem as primeiras embaixadas africanas num país latino-americano em

1962 (LEITE, 2011, p. 98-99). Vale salientar que na época Angola e Moçambique não eram independentes, assim como a Guiné-Bissau que é foco da nossa pesquisa, e mais outros países pertencentes aos PALOPs, pois as colônias portuguesas foram últimas a serem livres do jugo colonial no continente.

3.1 HISTÓRIA DA RELAÇÃO BRASIL-GUINÉ-BISSAU

A história do Brasil e Guiné-Bissau, como foi anunciado anteriormente, foi construído ao longo dos anos seguindo os princípios de Bandung, cujo os objetivos eram fazer cooperação ser mais horizontal para que todos possam se erguer juntos no sistema internacional, e estes objetivos se fortaleceram quando o país africano conquistou a sua independência em 1973 e o Brasil o reconheceu como Estado soberano e independente em 1974, tornando-se assim o primeiro país a reconhecer a Guiné-Bissau na sociedade dos Estados, e no mesmo ano instalou sua embaixada no país africano (FERREIRA DOS SANTOS, 2017), descumprindo assim o tratado de amizade e consulta entre o Brasil e Portugal que era “consultar a metrópole sempre que houvesse os problemas internacionais de manifesto interesse comum desde 1953” e este acordo deixou o Brasil por muito tempo sem posicionamento acerca da colonização portuguesa na África (LEITE, 2011).

O Brasil tinha duas posições: de um lado em que se mostrava anticolonialista com seu discurso de defender a independência e autodeterminação dos povos, por outro lado não conseguia ter uma posição nas organizações internacionais para debater essa autodeterminação dos povos e sobre o tema de descolonização devido o compromisso assumido com Portugal. A autora afirma que na XV assembleia Geral das Nações Unidas em 1960 que:

Esperava-se que o Brasil fosse apoiar a independência das províncias ultramarinas. A posição brasileira na reunião frustrou as expectativas. O Brasil absteve-se da votação sobre aprovação de projeto de vinte e três países afro-asiáticos para constituição de comitê encarregado de avaliar a situação angolana e que solicitava ao governo de Portugal medidas imediatas para transferir todos os poderes aos povos destes territórios, sem nenhuma condição de reserva (LEITE 2011, pag.110-111)

O acordo limitava o Estado Brasileiro nas tomadas de decisões sobre tema de descolonizações nas organizações e isso o colocava numa posição que contraria os discursos de independência dos povos, pois quando era o momento de apoiar os países que ainda enfrentavam o sistema colonial o país se desviava para não descumprir o tratado assinado com Portugal. Nos anos 60 começou a tomar decisões contrárias às do seu aliado, com os votos ou

abstenções contra as propostas que favoreciam mais Portugal, e isso culminou no reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e de outras antigas colônias portuguesas no continente africano. O Brasil decidiu se afastar de Portugal pois já percebia que era necessário estabelecer alianças com os novos Estados do Sul, como é caso da Guiné Bissau. Porque através desta cooperação se projetou internacionalmente como Kamilla Rizzi nos mostra que a CSS foi uma ferramenta diplomática baseado em solidariedade, e que o Brasil a utilizou para expandir sua participação e influência no sistema mundial (RIZZI, 2016, p. 155)

E Mbunde (2015) reiterou que o contexto era oportuno para criar relações com os países do Sul que se tornavam independentes. Acredita-se que essa estratégia de mudar para criar mais laços com os novos Estados do Sul foi pensada para juntar maior números de parceiros, principalmente os que compartilham mesmo passado e idiomas. Depois de reconhecer a soberania do Estado guineense, isto em 1974, as relações começaram a ser construídas, e no ano seguinte, Brasília recebeu a primeira visita do Ministro de Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau. A relação se firmou e em 1976 foi rubricado o primeiro ato internacional de parceria entre Brasil e Guiné-Bissau. Dois anos depois foi subscrito o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que iria servir como ferramenta para dirigir todos os acordos de cooperação técnica internacional entre os dois Estados.

Desde então essa relação seguiu de uma forma harmoniosa sem maiores atritos. Até o momento em que, no ano 2021, a mulher do embaixador do Brasil na Guiné-Bissau foi acusada do racismo por meio de uma denúncia feita pelos funcionários da embaixada, que denunciavam a interferência da esposa do embaixador em assuntos diplomáticos mesmo ela não tendo vínculo formal com o Ministério das Relações Exteriores. Segundo esses funcionários, ela também fazia assédio moral e proferia comentários racistas contra a equipe. Depois que recebeu as denúncias, o Itamaraty abriu investigação sobre o caso e acabou comprovando o fato que fez o embaixador deixar o cargo e voltar para Brasil antes do tempo previsto, mantendo assim sua relação amigável com o país africano. Vale lembrar que as instituições brasileiras no território guineense, para além das missões diplomáticas, têm outros propósitos a cumprir, que é de divulgar e promover a cultura brasileira, então um comportamento deste tipo pode gerar vários desconfortos e atrapalhar o objetivo desejado.

3.2 COOPERAÇÃO BRASIL-GUINE-BISSAU

Antes o Brasil não era um parceiro próximo da Guiné-Bissau, somente em 1998 é que a relação entre ambos os países se fortificou, isso por causa de conflito militar que aconteceu

na Guiné-Bissau, hoje conhecido, como já dissemos, como “Guerra de 7 de junho”, ou simplesmente “7 de junho”, por ser a data que marca o seu início, quando o “Brasil, por meio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP passa a ser um dos mediadores do processo de paz” (FERREIRA DOS SANTOS, 2017, p. 211-212). E, mais tarde, em 2007, conduziu as atividades da “Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz” no seio da Organização das Nações Unidas, que ajudou a conter futuras crises institucionais do país.

A cooperação realizada pelo governo brasileiro é dirigida pela a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão responsável pela cooperação tanto de Brasil para exterior assim como de exterior para dentro do país. De acordo com ABC, a cooperação técnica prestada pelo Brasil para o exterior, também chamada de cooperação Sul-Sul, acontece quando um governo estrangeiro, de forma bilateral ou por via dos organismos internacionais, cujo o país estrangeiro mantém acordos de cooperações trilaterais, apresenta demandas para o governo brasileiro sobre um determinado assunto. Ou seja o país que precisa cooperar faz uma proposta ao Brasil, assim que o governo brasileiro tomar conhecimento das necessidades do país a partir daí se oferece condições para cooperar.

Isso que explica o envolvimento do Brasil na Guiné-Bissau por via das duas organizações internacionais, isto é, ONU e CPLP, De acordo com Mbunde, o governo brasileiro prefere muito mais cooperar de forma multilateral a fim de falar e implementar CSS (MBUNDE, 2015, p.121). Porem isso não obstante a sua participação de forma bilateral.

De acordo com a ABC, a cooperação técnica do Brasil prestada para exterior está focada nas áreas de “desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde”. Estas áreas são tradicionais da cooperação técnica do Brasil para mundo afora. Similarmente, o caso particular da Guiné-Bissau não foi diferente, a cooperação técnica brasileira para este país existe em vários domínios como a saúde, agricultura, segurança, formação profissional, treinamentos dos profissionais e educação (MBUNDÉ, 2015).

O Brasil busca estabelecer cooperação com os países do continente africano, principalmente os PALOPs, e atribui uma presença marcante nestes países e com grande importância à cooperação técnica realizada nos mesmos, sem necessidade de um aporte de recursos financeiros, como é no caso da Guiné-Bissau, que tinha e continua tendo perspectivas econômicas limitadas a dar para o Brasil (LEITE, p. 150), e, dessa forma, a cooperação realizada neste país se verifica mais nas áreas sociais com a partilha de conhecimentos e tecnologias. E, no que diz respeito às relações comerciais entre dois países, há pouca aderência. A tabela 1 a seguir, mostra esse cenário.

Tabela 1 - Parceiros comerciais de produtos importado pela Guiné-Bissau participação em percentagem %

Países	2014	2015	2016	2017	2018
Portugal	32,4	32,1	41,7	39,7	38,3
Senegal	16,6	13	11	13,1	17,1
Paquistão	6,3	10,2	11,6	12	8,7
China	2,5	2	3,6	6,2	5,6
Holanda	5,1	4,5	6,5	5	5,3
Índia	7,8	9,1	3,7	5,3	4,4
Gâmbia	2,2	1,8	1,7	0,5	3,7
Brasil	1,2	1,1	0,3	1,3	1,9
Turquia	1,2	1	1,1	0,5	1,7
Espanha	5,2	3,2	2,9	3,9	1,6
Outros	15	13,1	10	6,9	9,2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do ITC.

Como podemos verificar, os dados comerciais de importação a partir do Brasil são muito baixos entre os principais países a partir dos quais a Guiné-Bissau tradicionalmente importa produtos. Carne, açúcar e outros produtos alimentícios são os que o país importa mais do Brasil. No que se refere ao registro de exportação de Guiné-Bissau para Brasil, é de dizer que a nossa pesquisa não conseguiu dados sistematizados a respeito. O mesmo também se pode dizer dos anos a seguir a 2018, em que não obtivemos dados sobre relações comerciais entre os dois países.

3.3 PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE BRASIL PARA GUINÉ-BISSAU

A cooperação técnica brasileira para a Guiné-Bissau tem sua atuação em diversos temas, com destaque nas áreas como educação superior, saúde pública, formação profissional e treinamentos de profissionais. Projetos desenvolvidos entre os dois países se realizam em dois formatos, bilateral e multilateral, por meio dos organismos internacionais, principalmente no seio da CPLP e de PALOP.

No que concerne à relação do Brasil com a Guiné-Bissau, na área de saúde, é materializada através da cooperação humanitária. De acordo com Maria do Carmo Ferreira dos Santos, o país latino americano começou a oferecer este tipo de cooperação por meio da Rede Laços Sul-Sul (FERREIRA DOS SANTOS, 2017, pag.216). A rede é uma iniciativa da cooperação internacional para o enfrentamento da epidemia HIV/AIDS e foi criada em 2005

pelos governos de oito países do Sul global, em parceria com a UNICEF, Unaid, UNFPA, Unesco e CICT. A rede visa fornecer informações sobre prevenção de doenças, formas de tratamento de paciente e sobre testagem. Lembrando que a iniciativa partiu do governo brasileiro por meio do seu programa Nacional de DST/Aids, denominado no início de *Brasil+7*. Um ano depois deixou de ser uma parceria bilateral recebendo o nome de Rede de Laços Sul-Sul, tendo como parceiros Brasil, Bolívia, Cabo Verde, Guiné Bissau, Nicarágua, Paraguai, São Tomé e Príncipe e Timor (UNICEF, 2016).

A mesma fonte afirma ainda que as doações de medicamentos antirretrovirais (ARV) contribuíram muito para diminuição do número de mortes e para o aumento da expectativa de vida das pessoas que testaram positivo para o vírus, sendo ainda responsável pela queda na transmissão vertical (da mãe gestante soropositiva para o filho). A Secretaria Nacional de Luta contra a SIDA da Guiné-Bissau se esforçou muito fazendo o trabalho de base, como lançamento de campanha de sensibilização para informar a população Bissau-guineense como lidar com o vírus e evitar sua transmissão, usando diferentes meios de comunicação, de programas de rádio e televisão a panfletos, assim como promovendo apresentações artísticas com letras das músicas sobre o tema, e *outdoors* em quase todas as regiões do país.

Por outro lado, Mbunde (2015) nos deu a entender que as relações na área de saúde pública entre as duas nações se iniciaram muito antes da data anteriormente anunciada, que é o ano 2005, pois, segundo ele, o “Brasil reduziu a quantidade da missão médica de apoio ao combate de epidemia de cólera” devido ao conflito político-militar de 07 de junho de 1998. Portanto, pode-se afirmar que já havia ligações nesta agenda desde os anos 90.

Para além disso, o Brasil também “capacitou mais de sessenta (60) profissionais guineenses em quatorze missões técnicas, totalizando seiscentas horas de treinamentos e reuniões”, e também tem atividades de cooperação lideradas pela Fiocruz em consonância com a Rins\CPLP (Rede de Institutos de Saúde Pública CPLP) para dar apoio técnico e acadêmico na melhoria dos laboratórios locais. Também teve restabelecimento e avanço do programa de colaboração para fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde da Guiné-Bissau (INASA) em 2014. E em 2015 a Fiocruz ajudou na elaboração do II Plano Estratégico do INASA, e no mesmo ano foi assinada a Cooperação entre a Fiocruz e a INASA com duração de cinco anos (COBRADI, 2018, p. 98). Em 2007, foi feito um acordo de implementação de projeto de apoio ao programa de prevenção e controle de malária na Guiné-Bissau para ajudar no controle da doença no país.

Ainda no âmbito da saúde pública, em 2010 o Brasil fez um acordo para o fortalecimento e para capacitações técnicas das instituições de saúde para atendimento às

mulheres e adolescentes vítimas de violências baseada em gênero, também fez acordo para promoção de saúde. A Guiné-Bissau se beneficiou de vários projetos de cooperação em saúde liderados pelo Brasil tanto nas modalidades bilaterais como multilaterais, em ações que vão desde acesso a medicamentos até a formações dos profissionais de saúde.

A agricultura também tem sido uma das áreas da cooperação técnica brasileira. A agricultura é um setor muito importante para a Guiné-Bissau, responsável pela maior parte da sua economia. Como afirma Estatuto Nacional de Estatística (2009), “cerca de 60% do PIB bissau-guineense provem do setor agrícola”, sendo a castanha de caju o principal produto da geração de renda como 90% de exportações.

No que diz respeito à cooperação no setor da agricultura, o Brasil manteve projetos muito importantes nessa área, entre eles um projeto de Implantação e Implementação da Unidade de Processamento de Pedúnculo do Caju e outras Frutas, e também outro de Implementação do projeto de transferência de conhecimento e capacitação técnica e segurança alimentar e desenvolvimento do agronegócio (FERREIRA DOS SANTOS, 2017, p.212-213). Como podemos notar, os projetos em Cooperação do Brasil para a Guiné-Bissau se centralizam na transferência de conhecimento e tecnologias para promover o desenvolvimento do setor agrícola, com destaque para o caju que é principal fonte econômico do país.

Estes programas de apoio para o setor agrícola foram pensados para fortalecer o Estado guineense e ensiná-lo a lidar com suas produções, sobretudo no que diz respeito ao caju. Como nos mostra Thais Cordeiro, o projeto de Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju, que se iniciou em 2008, teve como objetivo fortalecer o comércio, gerar e distribuir renda, assim como formar os profissionais e inseri-los no mercado do trabalho e fomentar maior aproveitamento das frutas produzidas. O projeto conseguiu qualificar um grupo de 50 pessoas de regiões diferentes da Guiné-Bissau na área de processamento de caju e empreendedorismo, com intuito de eles atuarem como “os agentes da transformação social e econômica” das suas próprias regiões, garantindo assim emprego e renda com a diversificação dos produtos processados (CORDEIRO, S/Ano).

O país é um dos maiores produtores de caju no mundo, sendo o segundo exportador mundial do produto apenas atrás da Costa de Marfim (CATEIA, at.al., 2018). Então faz-se necessário ter um conhecimento tecnológico muito avançado para o aproveitamento desse produto e dos seus derivados, de modo que possam ser conservados para o consumo da população por maior tempo possível. A falta de equipamentos e conhecimento tecnológico faz com que os guineenses consumam o caju e seu suco (sumo) em só uma época do ano. Por isso, os projetos brasileiros na área são de suma importância.

Por último, mas não menos importante, é o setor da educação. A cooperação técnica brasileira na Guiné-Bissau, no quesito da educação, há muito que o país se beneficiou de dois grandes programas educacional, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Programa de estudantes-Convênio de Pós-graduação e mais recentemente conta com mais um novo programa que deu origem à Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que recebe vários estudantes guineenses (MILANI, 2017)

Para além desses programas, o Brasil, por meio do SENAI, mantém o Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau em Bissau, que já formou muitos jovens nos diversos cursos técnicos ofertados, como “construção civil, eletricidade predial, refrigeração, manutenção de microcomputadores, panificação e mecânica de automóveis”. Este projeto, pelo que consta, é muito pertinente porque permite que os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica possam garantir suas sobrevivências. O centro já formou alunos que estão trabalhando nas grandes instituições do país, como o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) (SENAI, 2017).

Além desses três setores da cooperação técnica brasileira na Guiné-Bissau, o Brasil também possui parcerias na área de segurança, apoiando formação dos militares guineenses (MBUNDE, 2015). Nos últimos anos, o Estado brasileiro, através da Agência Brasileira de Inteligência, formou cerca de 30 oficiais da força armada guineense. O país se beneficiou também dos cursos de formação para policiais em Brasília, fornecidos pela Academia Nacional. Ainda no setor da segurança, o Brasil implementou em 2009 o Centro de Formação das Forças de Segurança na Guiné-Bissau, que tem como objetivo restaurar e modernizar o setor de segurança do país. Segundo o ABC, a solicitação deste projeto provém do Estado guineense que passou por séries de golpes e vários ciclos de instabilidades política que acabaram enfraquecendo as estruturas das forças de segurança nacionais. Mas infelizmente este centro não ajudou o país conter futuras ondas de golpes, subversões da ordem constitucional e sobressaltos políticos, que Guiné-Bissau enfrenta até dias de hoje.

O mesmo documento ainda informa que o centro foi criado para a formação e treinamento dos policiais efetivos, dos ingressantes e dos que já estão operacionais, porém precisavam de maior formação. O centro foi inaugurado oficialmente em 2014 e todas as quatro forças de segurança do país - a Polícia de Ordem Pública (POP), a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional (GN) e Serviços de Informação de Segurança (SIS) - já se beneficiaram da formação, treinamento ou capacitação para as forças de segurança locais que ao longo do

projeto se tornaram professores do centro. Segundo a ABC, no domínio do “projeto já foram capacitados mais de 1.500 profissionais guineenses que frequentaram 35 cursos”.

O Brasil não é o único país que tem interesse em cooperar com a Guiné-Bissau, existem outras potências emergentes que disputam a influência no país africano. A China, no caso, pode ser considerada um dos principais parceiros da Guiné-Bissau, ou seja, ocupa um espaço importante como o Brasil. Embora as áreas de atuação não sejam idênticas, pois a parceria entre a China e a Guiné está focada mais no setor de infraestrutura e pesca, não obstante outras áreas como saúde, educação e agricultura, mas os dois primeiros setores são de maior porte; enquanto que no caso brasileiro, as áreas de cooperação mais dominantes são a educação e a formação técnica (MBUNDE, 2015).

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Tendo em vista os aspectos apresentados neste capítulo, percebe-se que a relação entre Brasil e Guiné-Bissau não é recente, a ligação se deu desde a independência da Guiné-Bissau, começando com o reconhecimento da soberania do território guineense e instalação da sua embaixada no mesmo ano. Desde então, a Guiné-Bissau passou a ocupar lugar de prioridade na agenda da política externa brasileira, assim como outros países africanos de língua oficial portuguesa. A língua portuguesa serve como um elo entre os países dos dois continentes.

Podemos dizer que é uma estratégia do Brasil se aproximar dos novos Estados para ganhar mais aliados. Quando o país decidiu virar sua política externa para a África tinha um propósito, e não era fazer favor para os recém-emancipados Estados africanos, principalmente os PALOP, mas sim um jogo de interesse para garantir apoio e reconhecimento por parte desses Estados nos organismos internacionais, como a ONU. E a Guiné-Bissau, sendo parte da tal prioridade do Estado brasileiro, não está isenta dessas estratégias. Todos os projetos brasileiros desenvolvidos no território guineense têm sua recompensa, ainda que não apareçam de forma nítida. De acordo com Mbunde (ano x), o Brasil conta com a retribuição do apoio político da Guiné-Bissau no plano internacional.

Percebemos também ao longo deste capítulo que tendo maneira diferente de cooperar com a China, os objetivos brasileiros são únicos. O modelo de cooperação técnica realizada pelo Brasil, que consiste em compartilhar conhecimentos com os parceiros e formação dos recursos humanos principalmente na Guiné-Bissau, não proporciona ganhos imediatos, como no caso da China que investe nas áreas que lhe rendem de imediato, mas acumulam ganhos no longo prazo. Portanto, a relação entre Brasil e Guiné-Bissau não se baseia somente na ajuda e

favores como sempre acompanhamos nos discursos dos líderes, mas também existem interesses políticos, pois sabe-se que todo o Estado tem seus interesses nacionais.

4 CAPÍTULO 3 - COOPERAÇÃO TÉCNICA EM ENSINO SUPERIOR DO BRASIL PARA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo vamos debater sobre a cooperação na área da educação e quais são os atores envolvidos. Também discutiremos as relações entre o Brasil e seus principais parceiros, em especial a Guiné-Bissau, na área da cooperação em educação. Para além disso, pretendemos mostrar qual é o perfil da educação superior na Guiné-Bissau.

Para isso, começaremos a introdução deste capítulo mostrando o que é cooperação internacional para desenvolvimento e como a sua relação com a educação é essencial. A Cooperação Internacional para Desenvolvimento (CID) teve sua origem no cenário política e econômica de Pós-Segunda Guerra que levou o mundo para um contexto de bipolaridade Leste/Oeste, e estabelecia outra linha divisória também que é Norte/Sul (BESHARATI e ESTEVES, 2015). Juntamente com a criação de instituições de Bretton Woods, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é entendida como ações internacionais que tem como objetivo auxiliar os países nos esforços de alcançar seus progressos social e econômico (PESSINA e SANTOS, 2022). Para conseguir este desenvolvimento a educação tem sido um dos ferramentais fundamentais neste processo.

A educação vem se destacando como instrumento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, na qual os países cooperam neste setor estrategicamente para aproximar dos outros países, com quais planejam construir e reforçar laços da união cultural e regional (KLEIN, 2014). Nota-se que a CID originou num contexto de tensões entre as potências, em que cada uma buscava firmar seu poder, nesse sentido era necessário que cada uma delas procurassem aliados, então a cooperação em educação era uma das estratégias para manter esse poder e continua sendo na atualidade, tendo muitos países a usarem a educação como ferramenta da sua política externa e também utilizam a mesma ferramenta para reconstrução das suas identidades regionais.

A educação é fundamental para promoção de desenvolvimento humano, pois com a educação as chances são maiores de ter acesso aos recursos necessários, oportunidades para adquirir uma vida estável, e, ao mesmo tempo, ela auxilia na expansão das habilidades e competências das pessoas, permitindo assim um desempenho presente na sociedade e na economia. Fornecendo bem-estar aos indivíduos nas tomadas das decisões, em outras palavras, a educação é uma maneira de assegurar para pessoas uma vida melhor para elas e para suas famílias e ainda fornecendo a riqueza e progresso para suas sociedades (BERNUSSI, 2014, p.15).

O argumento da autora nos mostra o quanto a educação é pertinente para uma sociedade, com ela os indivíduos aprendem a lidar com gamas de desafios que os amadurecem e os tornam capacitados para governar uma sociedade e guiá-los rumo ao desenvolvimento. Por isso, vimos o empenho dos países em desenvolvimento apostando em cooperação em vários setores, principalmente no setor da educação para formar recursos humanos competentes para garantir o desenvolvimento das suas sociedades. Por essas e outras razões, a educação, sobretudo a superior, é considerada um bem público.

Com efeito, o documento da conferência mundial sobre ensino superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), feita em Paris, mostra que a “Educação Superior como um bem público é responsabilidade de todos os investidores principalmente dos governantes”. Embora sabemos que isso não seja realidade em vários países, inclusive em Guiné-Bissau, que é do foco desse estudo. O mesmo documento sustenta ainda que a educação superior é responsável pelo avanço social dos nossos conhecimentos em diversas questões tais como culturais, científicas, econômicas e sociais, assim como salienta que “A educação superior leva a sociedade a gerar conhecimento global para atingir os desafios mundiais, com relação com a segurança alimentar, mudanças climáticas, uso consciente da água, diálogo intercultural, fontes de energia renovável e saúde pública” (UNESCO, 2009, p. x).

O documento também enaltece que a educação superior não deve apenas contribuir para práticas do mundo presente ou futuro, e sim corroborar com a formação dos cidadãos competentes e comprometidos com a construção da paz, com a defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos. A cooperação em educação superior deve ser primordial para os países em desenvolvimento, visto que carrega elementos essenciais para o desenvolvimento. Desse modo, a educação sempre foi fundamentalmente uma preocupação doméstica dos Estados, passando a ganhar mais espaço no meio das organizações internacionais (OIs). Elas estão se envolvendo atualmente em diversos temas do sistema internacional, principalmente a educação com intuito de suscitar uma cultura globalizada da educação (BERNUSSI, 2014, p.10). Isso evidencia que a educação agora não é assunto interno do Estado, ela também interessa às OIs. Tanto que em 1954 a ONU criou uma agencia especializada para cuidar dos assuntos educacionais e através dela contribuir para a paz e a segurança. Essa agencia ficou conhecida como UNESCO e segue sendo a principal organização internacional para a área de educação (BERNUSSI, 2014, p. 24).

Embora a UNESCO seja a principal OI para educação, existem outras organizações que também se destacam nos assuntos da educação, dentre elas estão o PNUD, OCDE, OIT e

BANCO MUNDIAL. O Banco Mundial, de modo particular, vem conquistando lugar cada vez mais no que se refere à educação (BERNUSSI, 2014). A referida instituição, na qualidade de uma organização internacional, ganhou visibilidade nos últimos anos no setor da educação, ocupando um lugar que era atribuído anteriormente à UNESCO, isso devido ao número de projetos financiados por ela, que também se tornou a principal fonte de assistência técnica em matéria da política educacional para países em desenvolvimento (BERNUSSI, 2014).

A mesma autora ainda conta que os OIs começaram a demonstrar interesse em assuntos da educação nos anos 1990 com a implementação *education for all* (BERNUSSI, 2014). A partir daí passaram a ter cada vez uma participação ativa na formulação das políticas educacionais, passando o Estado a não ser mais o ator unitário no tema de educação, que se transformou em um tema da cooperação internacional. É nesse sentido que o Brasil viu a oportunidade para compartilhar sua experiência no tema da educação para auxiliar os seus parceiros, assim como veremos na próxima seção.

4.1 O BRASIL NA COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O Brasil vem dobrando esforços para sua inserção no cenário internacional, com vários acordos de cooperação para o desenvolvimento com países em desenvolvimento, e em diversas áreas para garantir sua aproximação com os países vizinhos e com outros países com que o país sul-americano quer manter laços de amizade. E para isso a cooperação técnica na área de educação é o caminho mais viável para chegar a esse objetivo. Assim como afirma Magno Klein, a diplomacia educacional do Brasil é uma estratégia para desenvolver uma cultura de afetividade com os seus parceiros regionais, bem como ocupar um lugar hegemônico na Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP), porque a maioria dos membros desta comunidade, sobretudo os países africanos, possuem sistema educacional deficiente (KLEIN, 2014, p. 278).

Para ajudar na melhoria dessa situação, o Brasil apostou no setor da educação para difundir a cultura brasileira, o que pode ser visto como uma estratégia de *soft power*, porque com isso o Estado brasileiro pode atrair pessoas e convencer outros países a querer o que o próprio Brasil está procurando através da cultura sem precisar usar força, e sim usar apenas a cultura como *soft power* (MILANI, et.al. 2014), e através dela obter maior reconhecimento internacional. Para isso o país desenvolveu diversos programas voltados para a área da educação, a exemplo da Cooperação Brasileira para Desenvolvimento Internacional (COBRADI).

O mesmo relatório de COBRADI afirma ainda que entre as bolsas ofertadas pelo governo brasileiro o principal item de gastos está destinado a formação dos estudantes estrangeiros, em diferentes níveis, de graduação ao pós-doutoramento vinculados aos principais programas do governo brasileiro, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes de Pós-graduação (PEC-PG). O processo conta com a coordenação e articulação do governo federal junto com diversas instituições públicas, federais, estaduais, municipais e privadas. PEC-G foi criado em 1965 com o intuito de oferecer a estudantes estrangeiros uma chance de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Por sua vez, o PEC-PG foi criado em 1981, para ofertar bolsas de estudo para nacionais de países com os quais o Brasil possui acordo de cooperação cultural e/ou educacional, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras.

São beneficiários destes programas todos os países em desenvolvimento que têm acordos educacionais com o Brasil, e, dentre os mais destacados estão os da América de Sul e os africanos, em especial os PALOPs, que são regiões prioritárias da política externa brasileira. Em 2010, a título de exemplo, teve um dispêndio por parte do governo federal, com cerca de 73% das bolsas de graduação destinados aos estudantes desses países, e, no sentido inverso, 70% de bolsas de pós-graduação foram para a América de Sul (MILANI, et. al. 2014, p. 114). Os autores ainda afirmam que a despesa pública de cooperação internacional em educação cresceu cerca de 40,7% entre 2009- 2010, o que correspondia, à época, 97% do total dos gastos com a cooperação educacional.

Dentre as instituições vinculadas à cooperação educacional, o Ministério de Educação foi o principal órgão idealizador. Mas ele atua conjuntamente com a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) –, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – mediante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio de sua Divisão de Temas Educacionais (COBRADI, 2016, p. 65)

E ainda em conformidade com o documento, estas e mais outras Instituições de Ensino Superior (IES) consolidaram a cooperação educacional no país inteiro. A cooperação educacional varia em modalidades, desde acordo bilateral assinado com Cuba, França e Moçambique, até os mais vastos como os programas de PEC-G e PEC-PG. Em 2016 o “PEC-G conta com a participação de 56 países sendo 24 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia”, e

no âmbito multilateral com organizações regionais, tanto com as da Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento ou com MERCONSUL e CPLP.

Entre 2011 a 2013, o governo brasileiro gastou 129,6 milhões de reais com a cooperação na área da educação, tirando outros gastos que ficaram na responsabilidade de Instituto Rio Branco (IRBr) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Os gastos estão distribuídos em várias modalidades para os estudantes estrangeiros. Entre elas estão: Bolsa de Mérito, Bolsa de Ministério de Relações Exterior (MRE) e Bolsa Emergencial, além destas bolsas existem outras ofertadas pelo MEC para os estudantes das universidades federais, como no caso do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes). Vale lembrar que estas bolsas são semestrais e não cumulativas.

Nota-se que através destas ações por parte do governo brasileiro, o estudante pode permanecer na universidade até o fim do seu curso, o seu único dever é estudar para obter boas notas que lhe faça continuar como bolsista. No entanto, no final do curso o estudante deve voltar para o seu país de origem. De acordo com Milani et. al. (2014), o MRE paga a passagem de volta para o estudante selecionado a fim de evitar “fuga de cérebros”, com isso percebe-se que o país sul-americano tem interesse em formar quadros que são capazes de garantir o desenvolvimento dos seus parceiros.

Quanto aos números das vagas dos estudantes para os programas, percebe-se que não há o número exato para o processo seletivo em cada ano, mas o MEC procura informar com cada IES cadastrado no sistema integrado do próprio MEC (SIMEC) sobre as vagas disponíveis em cada IES. A partir daí é que a equipe responsável seleciona os estudantes estrangeiros, que se submetem a um exame para obter Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros nas embaixadas ou outras instituições diplomáticas brasileiros nos seus países de origem.

Para além destes programas, o Estado brasileiro desenvolveu outros projetos no setor da educação, nos governos do presidente Lula da Silva o Brasil abriu duas universidades destinadas às regiões da América-Latina e África (PALOP)., Segundo Klein (2014), o país abriu duas grandes universidades de integração internacional, a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que será o nosso foco no próximo capítulo. As duas universidades fundadas em 2010, uma com intuito de promover a “integração com os vizinhos da região e outra para promover identidade lusofônica nos países africanos e Timor Leste”.

No que tange a cooperação em educação, o Brasil conta com diversas modalidades, além da cooperação em ensino superior. Destaca-se a modalidade de educação à distância,

ensino profissional, formação e capacitação dos profissionais e alfabetização de jovens e adultos, este último conta com parceria das organizações da sociedade civil (MILANI; CONCEICÃO; MBUNDE, 2016). Os autores ainda salientam que a cooperação internacional para desenvolvimento na área de educação está mais concentrada no ensino superior. O país também contribui com a formação dos professores e pesquisadores estrangeiros e com a manutenção de cátedras brasileiras em universidades estrangeiras (COBRADI, 2018).

4.2 RELAÇÃO BRASIL E GUINÉ BISSAU NA COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A Guiné-Bissau, assim como outros quatro (04) países que compõem os PALOPs, é parceira do Brasil em várias áreas, incluindo a educação, sendo beneficiária dos dois grandes programas educacionais, citados na seção antecedente, e da UNILAB. O Brasil tem um histórico de cooperação na área de educação com países com sistemas educacionais frágeis, como a Guiné-Bissau.

O país possui um sistema educacional débil devido ao longo processo de colonização vivida neste país, além de outras razões, afinal a colonização acabou há mais de quarenta anos. Para falar da educação na Guiné-Bissau, podemos separá-la em três (03) períodos: período colonial, período da guerra para independência e período pós-independência. Vale lembrar que o foco deste trabalho não é analisar os períodos dos sistemas educativos do país, mas para compreender a situação atual precisamos recuar no tempo para sabermos dos motivos que originaram a precariedade do ensino Bissau-guineense, em particular o ensino superior.

Segundo Ocuni Ca (200), antes da dominação portuguesa a Guiné-Bissau já tinha sua forma de educação que era através dos ensinamentos dos mais velhos por meio de histórias contadas ou assistindo cerimônias tradicionais feitas na comunidade, e passadas de geração em geração. Porém, a chegada dos portugueses trouxe diversas mudanças, inclusive na forma de educar. A educação na era colonial era voltada ao ensino da filosofia e dos costumes portugueses. O sistema educativo era constituído em funções das obrigações coloniais que consistiam em ensinar os nativos a falar o português e a rezar como os portugueses (SANÉ, 2018, p. 57), ignorando a forma de conhecimentos deste povo e suas crenças. Vale destacar que mesmo com todo esforço feito para fazer a população guineense falar português por vários séculos, poucas pessoas (fala-se em cerca de 12% da população) atualmente falam português (SONCO, 2014).

Este sistema durante muito tempo foi elitista e seletivo, no qual a maioria dos guineenses não se inseria, pois os conteúdos ensinados dentro dessas instituições não coadunavam com a

realidade dos nativos. Durante os séculos da presença portuguesa, grande parte dos nativos guineenses ficaram fora do sistema educativo “e sem direito a ele, alguns entregues à educação missionária, e, apenas uma minoria, os civilizados, tinham o privilégio de aceder a uma instrução primária elementar”. Para ter esse privilégio de entrar numa escola colonial ou ser reconhecido como “civilizado” (FURTADO, 2005, p. 247) tinham que renegar suas crenças e seus costumes para assimilar o modo de vida dos colonizadores.

O grupo dos nacionalistas se sentia incomodado com essa situação e decidiram em 1956 fundar o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e mais para frente, isto em 1963, desencadeou a luta da libertação nacional. Durante a luta pela independência, o PAIGC foi conquistando territórios sob domínios dos portugueses, logo após um ano de luta, em 1964, o partido organizou o primeiro congresso em que foi decidido a criação das instituições escolares. Assim começaram a construir escolas nas zonas controladas pelo PAIGC que eram chamadas de “zonas libertadas” (FURTADO, 2015, p. 222).

A educação nessas zonas era totalmente diferente da educação promovida nas zonas controladas pelos colonizadores. Os líderes do partido buscavam inserir uma educação mais próxima da realidade do povo, buscavam desconstruir a ideia de inferioridade que os colonizadores pregavam, olhavam a educação como caminho para criação do “homem novo”. Por isso a erradicação do analfabetismo que assolava quase 98% da população na época era maior preocupação dos líderes do partido (SANÉ, 2018).

E nessas escolas procuravam também não ignorar o ensino tradicional guineense como a educação informal, focada na valorização das experiências dos anciões e associação da aprendizagem à produção e nas tarefas da comunidade, principalmente nos internatos criados pelo partido PAIGC, nos quais o estudo era ligado à produção (CA, 200).

Depois da independência em 1973, o país se caracterizou pela busca da autonomia, e, foi assim que o sistema educativo desse período se pautou na criação de um sistema com base nas raízes culturais e sociais da população. No entanto, nas primeiras décadas da independência o país não conseguiu manter esse projeto devido à falta de materiais didáticos, de infraestrutura e escassos recursos financeiros. Isso levou o setor da educação, assim como outros setores, a tornar dependente da ajuda externa, através da cooperação ou crédito (SANÉ, 2018).

Países como Cuba, China, Rússia e Brasil sempre foram parceiros da Guiné-Bissau na área da educação. O Brasil cooperando através dos seus programas de educação PEC-G e PEC-PG, e, mais recentemente com a UNILAB, como veremos no capítulo seguinte. Devido todo esse processo acima referido percebe-se que o país enfrentou várias dificuldades no que diz respeito à educação, que resultou no baixo número da população com ensino superior completo,

sem falar do alto número de analfabetismo deixado pelo sistema anterior e que ainda reflete na sociedade, conforme mostra Lamine Sonco:

À luz dos fatores anteriores, o alfabetismo entre os indivíduos com idade acima de 15 anos é ainda pouco expressivo. Constatou-se que em 2010, a nível nacional, apenas 52,2% da população, em média, era alfabetizada. 66,5% dos homens e 38% das mulheres (SONCO, 2014 apud ILAP, 2010, 56).

Isso confirma que o país tem quase metade da sua população analfabeta. Podemos constatar que esse é um dos motivos para o baixo número dos estudantes do ensino superior no país. Como mostra o último censo de 2009, cerca de 4,3% dos guineenses concluíram ensino universitário. Vale lembrar que já passou mais de uma década que esse censo foi feito, acredita-se que até neste momento que a pesquisa está sendo feita a percentagem deve subir.

Outro motivo também está no número reduzido e situação precária das instituições públicas de ensino superior. Seguem enumeradas as principais instituições do ensino superior presentes no país:

1. Faculdade de Direito de Bissau (FDB);
2. Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD);
3. Escola Nacional de Administração (ENA);
4. Faculdade de Medicina;
5. Escola nacional de Saúde;
6. Escola Normal Superior “TCHICO TE”;
7. Escola de Formação dos Professores para ensino primário “17 de fevereiro”.

Há que referir também que existiram outras instituições que foram desativadas por falta dos recursos materiais e financeiras (SUCUMA, 2017).

Para além destas instituições, existem também a Escola de Formação Amílcar Cabral, Universidade Amílcar Cabral, Universidade Lusófona da Guiné, Universidade Colunas de Boé, Universidade Católica da África Ocidental, Instituto Superior de Gestão de Bissau, e Universidade Jean Piaget. Lembrando que todas elas estão centralizadas na capital Bissau, exceto a Escola de Formação Amílcar Cabral, que fica na região de Bolama e ENA que tem delegações em Bafatá, Buba e Canchungo (SANI, 2013).

As instituições são muito poucas e a maioria delas são entidades privadas, com exceção da Universidade Amílcar Cabral que é única Universidade pública do País. Isso pode explicar o grande número de estudantes guineenses nas IES brasileiras, ficando apenas atrás de Cabo-Verde que é o país africano com maior número de estudantes no PEC-G. Porém, na UNILAB,

os guineenses são a maioria. Veremos isso de maneira mais detalhada no capítulo seguinte. Além desses projetos, o Brasil também tem outros projetos em educação desenvolvidos na Guiné-Bissau, como Centro de Formação Profissional e Promoção Social Bissau, Apoio à formação de quadros para o Governo da Guiné-Bissau, Apoio ao Fortalecimento do Programa de Formação de Professores em exercício do Ministério da Educação da Guiné-Bissau, missão exploratória para elaboração de projetos de cooperação técnica nas áreas de educação à distância e ensino da língua portuguesa, missão de diagnóstico na área de formação profissional em contabilidade e administração (FONSECA/sem ano).

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os Estados não são únicos atores que promovem a cooperação na área da educação. Como as relações internacionais são construídas por diferentes atores, como organizações internacionais e empresas multinacionais, esses atores estão mostrando interesses também no setor da educação. Vimos no decorrer deste capítulo o esforço feito pelo Brasil para garantir sua parceria com seus vizinhos da América-Latina e os países da África, sobretudo os PALOP, através da cooperação em educação, financiando bolsas de estudo para estrangeiros nas instituições de ensino superior brasileiras e construindo universidades, como a UNILA e a UNILAB, que permitem a integração dos povos das duas regiões, como forma de firmar uma boa amizade com os países que fazem parte do acordo nessa área, como é o caso da Guiné-Bissau que se beneficia dos programas de estudos PEC-G, PEC-PG e da UNILAB.

Como um país com carência no assunto da educação superior, a cooperação com o Brasil é de suma importância, pois tem contribuído para o aumento de números dos estudantes do ensino superior no país, colaborando assim na formação dos quadros guineenses, assim como na expansão da cultura brasileira, inclusive a língua portuguesa. Porque acesso a ensino superior na Guiné Bissau não é democratizado e tampouco gratuita, sem se referir o fato de a maioria das instituições do ensino superior serem privadas e sedeadas na capital Bissau. Portanto, essa cooperação do Brasil para o país africano deu oportunidade àquelas pessoas que não possuem condições para pagar uma universidade e para aquelas que estão no interior do país que não conseguem permanecer na capital até o fim do curso superior, vir cursar um curso superior no Brasil, sem pagar mensalidade e com o auxílio do governo federal é uma boa oportunidade.

5 CAPITULO 4 - ESTUDO DE CASO: UNILAB

Neste capítulo estudaremos a UNILAB, procurando saber a sua história, o que motivou a sua criação e quais são os seus propósitos, e, se estão sendo cumpridos ou não. Além disso, buscaremos saber qual é a sua relação com a política externa brasileira, e apontaremos também os dados sobre números de estudantes, em especial os estrangeiros e dos cursos que a instituição tem, e qual será seu benefício para Brasil e os países parceiros no que tange a cooperação sul-sul.

5.1 HISTÓRIA DA UNILAB

Fundada em 2010 pela Lei 12.289, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – a UNILAB, tem sede no estado de Ceará na cidade de Redenção e um campus na Bahia, no município de São Francisco do Conde. (ESTATUTO UNILAB, 2020). Esta instituição de ensino superior foi criada com o fim de o “Brasil, aos poucos pagar a dívida com os povos africanos, que não pode ser mensurada em dinheiro, mas em parceria e em solidariedade”.

Na atualidade a UNILAB tem 4.295 estudantes de graduação, entre eles 3.034 são brasileiros e 1.261 são estrangeiros, dividido em seis (06) países parceiros, quais sejam: Angola com 442 alunos, Cabo-Verde não encontramos número dos estudantes de graduação, Guiné-Bissau 672 alunos, Moçambique 78 alunos, São Tome e Príncipe 40 e Timor Leste 02 A UNILAB tem 25 cursos de graduação e 16 de pós-graduação. A pós-graduação tem 717 estudantes matriculados, 673 brasileiros e 44 estrangeiros. Entre eles Angola tem 06, Cabo-Verde 08, Guiné-Bissau 11, São Tome e Príncipe 17, Moçambique 02 e Timor Leste não tem estudantes matriculados na pós-graduação.

A escolha de Redenção como sede tem um significado simbólico. Segundo Heleno (2014, p. 111), aconteceu neste município em 1883 a libertação de escravidão de 116 mulheres e homens. Outro motivo da escolha do município é por ter sido a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, cinco anos antes da lei áurea.

O campus de São Francisco do Conde na Bahia, também tem uma representatividade acrescida por ser o” município de maior população negra declarada no censo do IBGE de 2010. Ou seja, representa mais 90% da população, com isso, podemos dizer que a cooperação do Brasil com os países de língua portuguesa está rodeada de elementos históricos, culturais, políticos e econômicos.

Através destes elementos podemos dizer que a UNILAB tem uma característica diferencial devido ao propósito da sua fundação, desde lugares onde os campi estão situados até os estudantes que a compõem estão quase todos ligados, de uma maneira ou outra, pelo longo processo de escravidão que apagou suas histórias, seus saberes e costumes. Desse modo, a UNILAB foi criada com a missão de formar profissionais capazes de romper barreiras impostas pelas ideologias colonialistas e resgatar suas histórias que foram apagadas. E ainda construir a imagem de uma universidade cada vez mais sólida, com perfil de questionamento sistêmico do colonialismo, das suas heranças e permanências e do racismo, pautando para descolonização (PPC-BI, 2019, p. 10).

Para além das questões acima citadas, a UNILAB também foi criada para contribuir com o desenvolvimento social do Brasil, assim como dos países da língua portuguesa, conforme afirmam Gomes *et al.*:

A lei de criação da Unilab expressa os elementos básicos de sua missão, com o objetivo de produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometido com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente (GOMES et al., 2018. p. 100).

O Brasil já vinha mantendo cooperação na área da educação superior com vários países do continente africano por meio de diversos programas de educação, porém, no que se refere aos PALOP, a cooperação do Brasil com estes Estados é fundamental. Tendo em conta o passado comum de colonização que os une, esses territórios são antigas colônias de Portugal. Nesse sentido, o fator linguístico tem um peso na formulação das políticas de desenvolvimento, particularmente na área da educação. Outro ponto incomum da UNILAB é o seu debate dessemelhante com outras instituições de ensino superior brasileira, uma vez que ela já nasce com a missão institucional da integração internacional no ponto de vista de cooperação Sul-Sul (GOMES, et.al, 2018. p. 97).

Tendo como objetivo:

ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional; (RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSUNI, 2020).

Lembramos que no início deste trabalho discutimos sobre cooperação Sul-Sul, neste capítulo estamos vendo-a acontecer, com este projeto da UNILAB voltado aos países em desenvolvimento com intuito de formar cidadãos com capacidade de contribuir com a integração. A criação da Unilab também está vinculada ao contexto em que o país se empenhou no seu plano de expandir o ensino superior no Brasil e sua conexão para exterior, a partir de aumento de “investimento em ciência, tecnologia e cultura e do número de instituições federais de educação superior”, e o Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi uma das principais ferramentas neste processo (PPC-BI, 2019, p .13). Ainda sobre a fundação da UNILAB, alguns acadêmicos salientam que a universidade não é uma ação exclusiva do Estado brasileiro, mas também é o resultado das ações e demandas do Movimento Negro brasileiro por meio da reparação histórica que o Brasil tem com o continente africano e superação do racismo dos descendentes deste continente neste país (GOMES at.al, 2018).

A universidade foi pensada no sentido dela se conectar com realidade local, assim como manter um avanço na cooperação internacional com os países lusófonos. Situa-se numa região que é marcada historicamente pela desigualdade social e econômica, tal e qual os países parceiros, que é o nordeste brasileiro (GOMES e VIEIRA, 2013).

Razão pelo qual trabalhar para promoção de um desenvolvimento econômico e socialmente sustentável é primordial nestes territórios, e envolvem as áreas como o Desenvolvimento Rural, Saúde Coletiva, Formação dos Professores, Gestão Pública, Tecnologia e desenvolvimento sustentável (GOMES e VIEIRA, 2013, p. 88). Na visão das autoras, essas são as áreas que ajudarão na promoção de desenvolvimento dos países parceiros da UNILAB, uma vez que as atividades que pertencem essas áreas realmente carecem de profissionais qualificados nos países parceiros, tornando, assim, primordial apetrechar esses países dos profissionais para atuarem nesses setores, o que a UNILAB tem vindo a fazer.

Nos seus primeiros anos de funcionamento da Universidade foram ofertados os seguintes cursos: “Agronomia, Enfermagem, Administração Pública, Engenharia de Energias e Formação de Professores de Ciências da Natureza e Matemática. No segundo momento foram criados os cursos de Letras e de Humanidades” (GOMES e VIEIRA, pag.89. 2013). Mais para frente em 2017 foi criado curso de bacharelado em Relações Internacionais, e em 2022 foi implementado o curso de Medicina.

Para consolidar a proposta, previu-se que metade dos estudantes seria composta por jovens que vivem no Brasil e outra metade seria ocupada por estudantes originários dos países da expressão portuguesa, especialmente os africanos. O Timor-Leste também foi incluído, e por

meio das ações de cooperação internacional a região de Macau passou a ser integrado também. Está previsto que os estudantes estrangeiros tenham suas formações no Brasil com a opção de poder completar os estudos nas instituições dos seus países de origem e obter diploma junto a essas instituições e pela UNILAB, podendo, assim, ter dupla titulação, enquanto os estudantes residentes no Brasil terão formação e serão diplomados nos campi da UNILAB, com a possibilidade de poder complementar os estudos com a oportunidade de mobilidade acadêmica nas instituições parceiras em África, Ásia e Europa (GOMES e VIEIRA, 2013).

5.2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A UNILAB

O Brasil vem se destacando a sua política externa através do protagonismo pacífico, envolvendo diversas dimensões e vários atores a fim de construir uma agenda assertiva nas relações internacionais (BARROS, 2015). E nessa diversificação da agenda o país sul americano direcionou a sua política externa estrategicamente para hemisfério Sul, sem abandonar os parceiros tradicionais (Norte global), buscando, com isso, ampliar seus aliados (HELENO e MARTINS, 2014).

Apostando nos temas como direitos humanos, cultura, saúde, educação entre outros, o Brasil passou a ser reconhecido mais como “global player”, um prestígio que o vem conquistando nas últimas décadas por diversificar seus parceiros, interagindo assim com todo mundo, demonstrando as suas habilidades estatais de promover mudanças no sistema internacional a favor dos seus interesses (MILANI, 2017, p. 2)

Essa política ganhou mais força nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que diversificou política externa brasileira e deu uma maior atenção para Sul, especialmente para América Latina e para os PALOPs, construindo duas novas Universidades de integração para as duas regiões. Levando em consideração as demandas nacionais e internacionais como já foi mencionado anteriormente, que, no período em que as universidades foram criadas já estava na pauta de governo internacionalizar o ensino superior brasileiro assim como Milani e Pinheiro (2011) mostraram que na atualidade é inegável a conexão dos problemas exteriores com os da natureza doméstica, em outras palavras é difícil separar política externa da política interna, pois a situação interna de cada Estado resulta na formulação da sua política externa.

Ainda no mesmo texto os autores mostram que a ideia de que “a política exterior começaria onde terminasse a política doméstica” não se verifica na atualidade, de modo que, para eles, a política externa e interna são ações interligadas. Assim como afirma também o Heleno e Martins (2014), a política externa de um país é pensada na busca pela hegemonia

doméstica, na qual projeta seu poder além das suas fronteiras nacionais. Nesse sentido, almejando um maior entendimento, trouxemos, nessa subseção, a explicação sobre a educação e política externa para compreendermos sua ligação.

A educação é conhecida como processo de adquirir conhecimento, as informações obtidas, assimiladas ou memorizadas, durante esse processo compõe um universo de ideias que através das quais cada um entende e sente a realidade. Por isso, quando se pensa em educação, muita coisa vem em mente, como promoção da “cultura e valores em comum” (MILANI e PINHEIRO, 2011, p. x) Como base nas falas dos autores, podemos pensar a cooperação na área de educação feita pelo Estado brasileiro para os PALOPs através da UNILAB como uma ação de promover a cultura e valores comuns que o país tem com os seus parceiros, em que se pode citar o fator da língua como uma ferramenta na construção de uma identidade lusófona.

Nota-se que com a criação da Unilab o Brasil busca a projeção internacional junto dos seus parceiros de CPLP, apostando na diplomacia educacional como uma das ferramentas da sua política externa para atingir esse objetivo. Tal propósito está patente no estatuto da Unilab como um dos objetivos de sua criação, visando “propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação internacional que contribuam para a inserção da educação superior brasileira no cenário internacional e para o fortalecimento da cooperação solidária, com ênfase nos países da CPLP” (ESTATUTO UNILAB, 2020)

Por meio da política externa, que por sua vez pode ser definida como conjunto de ações e decisões de um Estado em relação aos outros Estados ou atores que compõe a sociedade internacional (MILANI e PINHEIRO, 2011, p.150), um Estado pode construir sua identidade além fronteiras e mantendo seus interesses nacionais. Os autores agora citados ainda enfatizam que assim como a educação, a política externa é fundamental também no processo de construção e de defesa de uma identidade que auxilia a conformar o Estado nação.

O Brasil tem histórico com a cooperação solidária em que desenvolva vários programas de transferências de conhecimento, mas nos governos de Lula essa ação teve mais visibilidade e com foco para o continente africano, em especial os países lusófonos. No entanto, vale salientar que por trás dessa cooperação solidária tem muitos interesses. Nesse sentido pode-se dizer que a cooperação solidaria feita pelo Brasil tem seus interesses.

Conforme Heleno e Martins (2014), a obrigação de projetar a imagem do Brasil como um país acolhedor, parceiro e solidário que no final acaba recebendo de volta em apoio político, os países que recebem a solidariedade também se sentem obrigados a retribuir de alguma forma, e essa retribuição muita das vezes vem de apoios nos fóruns internacionais. Os autores ainda

afirmam que o Brasil só conseguiu a presidência de FAO e OMC com os votos decisivos dos países africanos.

Mesmo defendendo uma política de cooperação solidária para os países do Sul, especialmente os africanos, o país sul americano visa interesses que muitas das vezes podem impactar diretamente ou indiretamente no contexto geopolítico, econômico e simbólico, que podem aparecer explícitos ou implícitos. Nesse sentido, verifica-se que nas relações estatais não existe “caridade”, mas sim um jogo de interesses (MALOMALO, 2015).

A Unilab é como uma ponte da política externa brasileira para África por meio da diplomacia educacional. o Brasil consegue ganhar influência dentro da CPLP, assim como nos outros fóruns nos quais o país faz parte. Ela também desempenha papel pertinente em acolher os estudantes do PALOP mesmo nas circunstâncias desesperadoras como aconteceu com os estudantes da Guiné-Bissau em 2012 quando ocorreu golpe de Estado, e o país estava sofrendo com várias sanções internacionais inclusive no âmbito da CPLP. Para não afetar os estudantes, o Brasil adotou uma posição intermediária obedecendo decisão multilateral de CPLP e suspendeu as bolsas de PEC-G e PEC-PG e direcionou estes estudantes para Unilab a fim destes não saírem prejudicados.

Mantendo assim uma cooperação aberta por intermédio da Unilab, e naqueles dois anos de sanções foram enviados 44 e 78 estudantes para a aquela instituição (MILANI, 2017, p. 128). Importa ressaltar que desde a inauguração das suas atividades em 25 maio de 2011, a Unilab vem recebendo regularmente os estudantes africanos todos os anos, exceto em 2020, com a pandemia de Covid-19, foi suspensa a entrada dos estudantes que só voltaram a vir para o Brasil em 2022. Porém, antes de decretar o estado de emergência em março de 2020, já havia entrado um grupo de estudantes em fevereiro e, depois disso, nenhum estudante dos países parceiros conseguiu entrar.

5.3 ANALISE DE DADOS E OS RESULTADOS

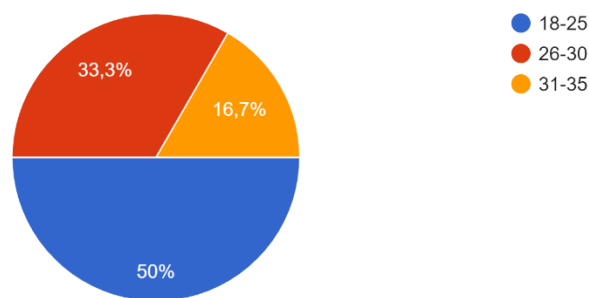
Neste subcapítulo analisamos os dados levantados da pesquisa, criamos um formulário com dois tipos de respostas, permitindo assim o entrevistado responder com mais liberdade, fizemos perguntas de respostas fechadas (sim ou não) e de múltiplas escolhas, para permitir que o entrevistado expresse livremente sobre perguntas colocados. Enviei formulário para 11 estudantes guineenses, dez (10) são do campus de Malês e um (01) de Ceará, entretanto, só seis (06) responderam. Enviei os formulários para os colegas no dia 02 de dezembro de 2022 e

esperei as respostas até dia 03 de janeiro de 2023. Atualmente 672 estudantes guineenses estão matriculados nos cursos de graduação da UNILAB e 743 já concluíram um curso.

Primeiramente tentamos levantar dados sobre os nossos entrevistados e uma das primeiras informações que tivemos diz respeito à sua faixa etária. No quesito idade, percebe-se que metade dos estudantes guineenses na UNILAB estão na faixa etária de 18-25 anos, enquanto outra metade está dividida entre 26-30 e 31-35, conforme se vê na imagem seguinte.

Idade:

6 respostas



É importante ressaltar este fator, pois com isso pode-se afirmar que jovens da Guiné-Bissau estão se aproveitando desta cooperação, o que é pertinente para sociedade guineense, assim como para comunidade da expressão portuguesa, como prevê a lei da criação da Unilab, no seu artigo 2º, que diz que uma das missões da universidade é “Formar cidadãos com competência acadêmica, científica e profissional para atuar na CPLP” com isso a Unilab está cumprindo com um dos seus objetivos de formar futuros quadros para assumir lideranças do país, assim como da organização. E nossos entrevistados concordaram que esta cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação é plausível porque está ajudando a sociedade guineense em geral e jovens em particular, firmando-lhes em diferentes áreas.

A Guiné-Bissau é um país com déficit de instituições de ensino superior, particularmente as públicas. Além disso, quase todas são privadas, ou seja, têm instituições do ensino superior pública, mas são pagas mensalmente, diferentemente do Brasil, com isso, têm pessoas que não estão em condições de pagarem. Por outro lado, a maioria das instituições do ensino superior estão na capital, o que leva maioria das pessoas de interior do país que querem cursar ensino superior a saírem das suas cidades para irem morar na capital. Por esta razão, todos os nossos entrevistados responderam que viviam na capital antes de virem para a Unilab como mostra o gráfico.

Onde você residiu antes de vir para a UNILAB?

6 respostas



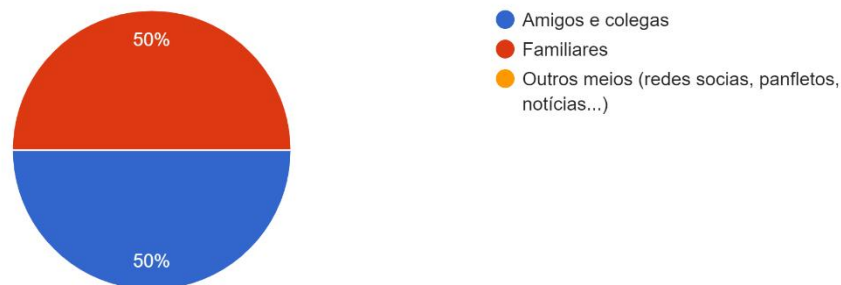
Como as instituições do ensino público são pagas, isso tem atrapalhado o sonho de vários jovens guineenses, porque nem toda família tem condições financeiras suficiente para arcar com as despesas de um curso de 4 ou 5 anos. Alguns até tentam, mas acabam por não darem conta, o que os leva a desistirem. Entretanto, a UNILAB serve como recompensa para essas pessoas, como mostram as respostas dos nossos entrevistados; três (03) deles apontaram que já estavam no ensino superior, mas o abandonaram para virem começar novo curso no Brasil, afirmando que a antiga instituição era privada. E que além da UNILAB ser gratuita, há também diferenças nas condições das infraestruturas e facilidade no ensino, na pesquisa e na extensão, sem falar da facilidade de encontrar materiais de estudos e fácil acesso à internet. Estas e mais outras razões os fizeram escolher a Unilab em vez de continuarem nas instituições de ensino superior do seu país.

E, quando perguntamos quanto a expectativas sobre UNILAB, as respostas dos nossos colaboradores foram variadas. Enquanto uns asseguram que suas expectativas eram muitos grandes porque queriam só conseguir estudar numa universidade qualificada. Por outro lado, outros apontam que não tinham expectativas em relação ao curso escolhido, porém acabaram se identificando ao longo do tempo.

Percebe-se que os estudantes guineenses na Unilab souberam da existência da universidade por meio dos amigos e familiares, de acordo com nossos entrevistados, metade souberam através dos colegas e outra metade por parte dos familiares. Ver isso aqui:

Como soube da UNILAB?

6 respostas



Na minha experiência como estudante guineense que passou no mesmo processo dos entrevistados e nas conversas que já participei com colegas, nota-se que a maior preocupação de muitos estudantes Bissau-guineense é estudar fora do seu país. De acordo com Aldine Valenti, a maioria dos estudantes já tinham sonho de ir estudar fora do país, contudo, é difícil conseguir uma bolsa de estudo, pois, só os privilegiados conseguem. (BATHILLON, 2016). Ou seja, filhos dos ministros, familiares dos funcionários públicos ou aqueles que estão em condições de conseguirem vagas por meios ilícitos usando dinheiro.

A autora ainda continua dizendo que por ser um processo mais democrático, permite que qualquer um ingresse na Unilab desde que reúna os requisitos necessários, independentemente da sua classe social.

Vale salientar que já analisamos cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação no capítulo anterior e o projeto da UNILAB só realça a importância desta cooperação, pois ajuda as pessoas de renda baixa a conseguir diploma do ensino superior.

Com isso conseguimos com unanimidade sustentar a nossa hipótese dessa investigação através das respostas dos nossos entrevistados, já dizemos que os estudantes guineenses estão vindo para Unilab por conta da situação econômica de maioria das famílias que possui renda baixa, de modo que não conseguem pagar curso dos seus familiares, já que o ensino superior não é gratuito no país. Deste modo, a solução é concorrer a uma universidade no exterior, nesse caso particular do Brasil, para realizar o sonho de uma formação superior.

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como forma de “pagar a dívida com o povo africano” que foi escravizado no solo brasileiro por vários séculos, e que arcaram com consequência desse ato bárbaro até presente momento através dos seus descendentes, a Unilab foi criada como uma reparação da história, que

não pode ser pagado com dinheiro, mas com solidariedade, investindo na transferência de conhecimentos, inclusive na educação. por isso não foi obra do acaso que as suas infraestruturas estão situadas nos lugares que têm muita ligação com o povo africano. Sua sede em Ceara, concretamente na cidade de Redenção, que, segundo os estudiosos, a Redenção foi a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, e a escolha de cidade de São Francisco do Conde, na Bahia, foi porque essa cidade tem mais de 90% da sua população negra. Com tudo que foi exposto, percebe-se que essa cooperação tem uma marca simbólica.

No entanto, não só o simbolismo histórico que está presente nessa cooperação. Atrás de discurso de solidariedade que sempre foi propagado pelo presidente Lula, está também o interesse do Estado brasileiro na formulação da sua política externa, disfarçado da política solidária. Sabe-se que esse projeto foi para firmar mais a sua influência perante a CPLP e garantir aliados nas outras organizações. A diplomacia educacional que o Brasil tem se investido nos últimos tempos é uma estratégia para ascensão do país na sociedade internacional. Embora tenha priorizado os países do Sul (especialmente os da América do Sul e os PALOPs), o Brasil não centralizou sua política externa, assim como tem relações com Sul, mantém ligações também com países do Norte, obtendo assim o reconhecimento de “global player”.

O contexto em que a Unilab foi criada reafirma a ideia de que a política externa de um país depende dos interesses nacionais do próprio país, e Brasil tinha na sua agenda nacional o projeto de aumento dos números de instituições federais de educação superior, que se internacionalizou com apresentação de projeto da Unilab para os seus parceiros. Que em seguida instituiu uma comissão de implantação da Unilab e esta comissão foi responsável pelos levantamentos e estudos das demandas comuns ao Brasil e aos parceiros dessa integração durante dois anos; e essa universidade foi criada com o propósito de garantir uma cooperação Sul-Sul com foco na África portuguesa, fortalecendo mais laços com países daquela região. Portanto, a referida cooperação não se resume tão só em pagamentos de dívidas, mas também se afigura uma forma de realçar o Brasil perante o sistema internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperação Internacional para Desenvolvimento vem sendo uma das ferramentas dos Estados para se aproximarem uns dos outros, seja através das organizações multilaterais, regionais ou mesmo de forma bilateral. A CID foi pensada desde seus primórdios para auxiliar os países destruídos pela Segunda Guerra mundial a recuperar suas economias e manter suas instituições. Porém, atrás dessas ideias de reerguer esses países sempre existem os interesses dos Estados doadores, e como cada Estado tem seus interesses nacionais, então se buscam na cooperação uma maneira de projetar esses interesses ao nível internacional.

Esses sentimentos estão presentes em todas as modalidades de cooperação, seja ela Norte-Sul ou Sul-Sul. Todas essas iniciativas são movidas por interesses. Cabe cada ator criar suas estratégias para garantir o que almeja. Por isso, não existe desinteresse no que concerne a cooperação internacional. Sendo assim, considera-se a cooperação entre o Brasil e os Estados africanos, inclusive a Guiné-Bissau, como uma forma de salvaguardar seus interesses, sejam elas político, econômico e cultural.

Quando o país decidiu virar sua política externa para a África tinha um propósito, e não era fazer favor para os recém-emancipados Estados africanos, principalmente os PALOP, mas sim um jogo de interesse para garantir apoio e reconhecimento por parte desses Estados nos organismos internacionais. E a Guiné-Bissau não está isenta dessas estratégias. Todos os projetos brasileiros desenvolvidos no território guineense têm sua recompensa, em que o Brasil conta com a retribuição com o apoio político da Guiné-Bissau no plano internacional. A cooperação brasileira é centrada na cooperação técnica que consiste em transferência de conhecimentos com seus parceiros e formação dos recursos humanos. O Brasil tem se esforçado para partilhar suas experiências para seus parceiros em temas em que teve êxitos, como agricultura, saúde, educação, entre outros.

Na área da educação o país vem desenvolvendo programas educacionais desde os anos 1965, quando lançou o Programa de Estudante Convênio para Graduação (PEC-G) e mais tarde o Programa de Estudante Convênio para Pós-graduação (PEC-PG), um dos mais antigos programas ofertados na área de educação, tendo como propósito colaborar na internacionalização das instituições participantes e para a difusão das perspectivas brasileiras pelo mundo.

Vimos no decorrer deste trabalho o esforço feito pelo Brasil para garantir sua parceria com seus parceiros da América-Latina e os países da África, principalmente os PALOP, através da cooperação em educação, financiando bolsas de estudo para estrangeiros nas instituições de

ensino superior e os projetos recentes da UNILA e da UNILAB, como forma de firmar uma boa amizade com os países que fazem parte do acordo nessa área, como é o caso da Guiné-Bissau que se beneficia dos programas de estudos PEC-G, PEC-PG e da UNILAB.

A UNILAB, atualmente um dos programas que mais traz estudantes dos países lusófonos para o Brasil, foi instituída como forma de “pagar a dívida com o povo africano” que foi escravizado no solo brasileiro por vários séculos, e cujos descendentes arcam com a consequência desse ato bárbaro até o presente. A UNILAB foi criada como reparação histórica, que não pode ser pagado com dinheiro, mas com solidariedade, investindo na transferência de conhecimentos na educação. Por isso, suas infraestruturas estão situadas em lugares que têm uma ligação histórica com o povo africano e diáspora. Sua sede está no Ceará na cidade de Redenção, onde, segundo alguns estudiosos, foi a primeira cidade brasileira a acabar com a escravidão. A cidade de São Francisco do Conde na Bahia tem mais de 90% da sua população declarada negra.

Com tudo que foi exposto, percebe-se que a cooperação entre as duas nações tem uma marca simbólica. Mas também pode servir como forma de firmar mais a influência brasileira perante a CPLP e garantir aliados nas outras organizações. A diplomacia educacional brasileira nos últimos tempos é uma estratégia para ascensão do país na sociedade internacional.

Durante esta pesquisa, os resultados obtidos mostram que a cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau na área de educação é plausível porque está ajudando a sociedade guineense em geral e jovens em particular, firmando-lhes em diferentes áreas. E também descobrimos que os jovens guineenses têm vontade de cursar ensino superior, mas enfrentam dificuldades para isso, de um lado com as instituições do ensino superior do país que na sua maioria são privados, e as públicas também são pagas, desta forma alguns não conseguem pagar por causa suas rendas familiares, e optam por procurar a vaga de estudos no exterior, que também são difíceis de conseguir, pois só os privilegiados a conseguem.

No entanto, a UNILAB vem ajudando muitos jovens a realizar este sonho, porque tem um processo seletivo mais democrático, o qual não tem vínculo com Ministério de Educação de Guiné-Bissau. Todo o processo seletivo é feito pelas Missões Diplomáticas brasileiras dos países parceiros da UNILAB (BATHILLON, 2016), e isso permite que qualquer um, independente da sua situação econômica, concorra.

Como um país com carência no que diz respeito à educação superior, a cooperação com o Brasil é de suma importância, pois está contribuindo no aumento dos números dos formados no ensino superior, colaborando na formação dos quadros guineense, assim como na expansão da cultura brasileira pelo mundo, inclusive da língua portuguesa.

Levando em consideração esses aspectos, a cooperação com o Brasil deu oportunidades àqueles jovens que não possuem condições econômicas de pagar uma universidade, e àqueles que estão no interior do país que não conseguem permanecer no capital até o fim do curso superior. Ela também ajudou na formação de quadros e líderes dos seus países, assim como da CPLP, como consta no artigo 2º da lei da criação da UNILAB.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Rodrigo Mendes Régua. A cooperação técnica em ensino militar do Exército Brasileiro na África de 2015 a 2019 e suas contribuições para a política externa do Brasil. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
- BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do programa estudantes-convênio de graduação (PEC-G) à universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira (Unilab). *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, 2015.
- BATHILLON, Aldine Valente. ESTUDANTES GUINEENSES: DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NA GUINÉ-BISSAU À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UNILAB, BRASIL. 2016.
- BERNUSSI, Mariana Medeiros. Instituições internacionais e educação: a agenda do Banco Mundial e do Education for All no caso brasileiro. Universidade de São Paulo, 2014
- BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional. *Contexto Internacional*, v. 37, 2015
- CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). *ETD-Educação Temática Digital*, 2000.
- CANBANCO, Deuinalon Fernando, Cooperação Sul-Sul e suas contradições: Um estudo crítico sobre os acordos de cooperação no setor da pesca entre a República Popular da China e Republica da Guiné-Bissau. 2019, 152 f. dissertação (Mestrado)- Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- CATEIA, Júlio Vicente; VELOSO, Gilberto de Oliveira; FEISTEL, Paulo Ricardo. Determinantes das Exportações de Castanha de Caju da Guiné-Bissau (1986-2011): uma análise sob a ótica do modelo de gravidade de Bergstrand. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2018.
- CERVO, Amado, Luiz; BERVIAN, Pedro, Alcino; SILVA, Roberto. Metodologia científica. -6 ed.-São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014 - 2016 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC, 2018.
- CORDEIRO, Thais. A PRESENÇA BRASILEIRA EM GUINÉ BISSAU: programas de cooperação, projetos e objetivos. S/ ano.
Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-ja-formou-mais-de-1-500-policiais-guineensesacesvso> em dia 28 de abril de 2022.
- Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3001/file/Rede_Lacos_Sul-Sul.pdf acesso em dia 20 de abril 2022.
- Disponível em
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2UzODAwYzctMTkxOC00NzkwLWE5YWVtYW>

JmZDI5MWYyODY2IiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkMSJ9 acesso dia 18 d3 janeiro de 2023.

Disponível em <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/cooperacao-tecnica/cooperacao-tecnica> Acesso em dia 09 de abril de 2022.

Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/acordos-internacionais/cooperacao-tecnica> Acesso em 11 de janeiro de 2023

Disponível em: <https://sead.ufba.br/sao-francisco-do-conde> acesso 28 de setembro de 2022.

Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/informacoes-ao-estudante-convenio> acesso 13 de janeiro de 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-pg-pos-graduacao> acesso dia 17 de janeiro.

FRANSCICO, Flavio Thales Ribeiro et, al; África: o retrocesso das relações e o novo cenário no continente. In **Pragmatismo irresponsável: política externa e inserção internacional do Brasil no governo Bolsonaro** [recurso digital] / Organizadores Ana Tereza Marra, Gilberto Maringoni, Giorgio Romano Schutte. – Rio de Janeiro: Telha, 2023.

FONSECA, Fernando Mandinga; **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**: Panorama dos Projetos de Cooperação Educacional realizados na Guiné-Bissau pelo Governo Brasileiro no âmbito da Cooperação Sul-Sul. S/ano.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro; **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau - incoerências e descontinuidades**, 2005.

GOMES, Nilma Lino; LIMA, Aristeu Rosendo Pontes; DA MOTA SANTOS, Tomaz Aroldo. UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: o desafio de uma experiência acadêmica na perspectiva da cooperação Sul-Sul. *Novos Olhares Sociais*, 2018.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afro-brasileira (UNILAB). 2013.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo B. Estatística e pesquisa de opinião. Universidade Federal do Paraná, 2018.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra; MARTINS, Mônica Dias. *Cooperação ou dominação? A política externa do governo Lula para a África*, 2014

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, TERCEIRO RECENTEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO. 2009.

KODJO, Edem, CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação: In História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Observador On-line | v.7, n. 03, 2012.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

M'BUNDÉ, S.T. **As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada: 2015**

MACIEL, Tadeu Morato. **As teorias de relações internacionais pensando a cooperação.** Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, 2009.

MALOMALO, Bas Ílele. **A integração Brasil-África: uso e sentido da cooperação solidária nos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva.** In: FREITAS, Raquel Coelho de; MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito (Orgs.). Democracia, equidade e cidadania. Curitiba: CRV, 2015. p. 70- 91.

MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano. História da África e afro-brasileira: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. Relações Internacionais, n. 26, 2010.

MILANI, Carlos R. S. ABC 30 anos: história e desafios futuros. 1a. edição - Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez, APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, Salvador, v,52, n.65 p. 211-231, 2012.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez, EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO NORTE-SUL. In Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento /organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p.: il., gráfs. Color.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; CARVALHO, Tassia Camila de Oliveira, Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. estudos internacionais • v. 1 n. 1 jan-jun 2013 p. 11-35.

MILANI, Carlos RS; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. Caderno CRH, 2016.

MUÑOZ, Echart Enara, A Cooperação Sul-Sul do Brasil com a África. Caderno CRH, Salvador, v,29 n.76 p.9-12, 2016.

PESSINA, Maria Elisa Huber; DA SILVA SANTOS, Diego. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC): um estudo bibliométrico da produção mundial. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022.

PINHEIRO, Leticia, MILANI, Carlos RS, Política externa brasileira a política das práticas e as práticas da política. 2011.

PINO, Bruno Ayllón, EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS). In Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento / organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p.: il., gráfs. Color.

RIZZI, Kamilla Raquel. Relações Brasil-PALOP: 40 anos de cooperação para o desenvolvimento no Atlântico Sul (1974/75-2015). Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1, n. 1, 2016.

RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. Lisboa: Seara Nova, 1975.

SANE, Samba; Os desafios da educação na Guiné-Bissau. 2018.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira. A cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento: os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil. Brasília: 2017.

SATO, Eiiti. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. 2010.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. Educação profissional, a presença do Brasil no mundo: parceria SENAI-ABC /Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Brasília: SENAI, 2017.

SILVA, Julinho Braz da. A Cooperação sul-sul como instrumento para o desenvolvimento: perspectivas para a República da Guiné-Bissau. 2011. 159 f. dissertação (Mestrado)- Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Magno Klein. Comunidades em construção: estratégias de Turquia e Brasil na cooperação em educação. Desenvolvimento e cooperação internacional–relações de poder e política dos estados. Salvador: EDUFBA, 2014.

SONCÓ, Lamine. Alfabetização de jovens e adultos não escolarizados: Uma reflexão sobre o contexto guineense. 2014

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha. -2. ed.- Porto Alegre :Artmed,2008.

SUCUMA, Arnaldo. Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008. 2013

UNESCO, Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009.

UNICEF, Rede laços Sul-Sul. Uma iniciativa internacional de cooperação para o enfrentamento de epidemia HIV/ aids, 2016.

UNILAB, PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES, SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA OUTUBRO DE 2019.

UNILAB, RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSUNI Nº 3, 2020.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO? Revista Brasileira de Estudos Africanos, 2017.